



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS - FAGEN
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**UBERLÂNDIA
JANEIRO / 2024**

REITOR

Prof. Dr. Valder Steffen Júnior

VICE-REITOR

Prof. Dr. Carlos Henrique Martins da Silva

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Kárem Cristina de Sousa Ribeiro

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Prof. Dr. Carlos Henrique de Carvalho

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Prof. Dr. Darizon Alves de Andrade

PRÓ-REITORA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Profa. Dra. Elaine Saraiva Calderari

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO E CULTURA

Prof. Dr. Helder Eterno da Silveira

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

Prof. Dr. Márcio Magno Costa

DIRETORA DA FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS:

Prof^a. Dr^a. Cíntia Rodrigues de Oliveira

COORDENADORA DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prof^a. Dr^a. Catarine Palmieri Pitangui Tizziotti

EQUIPE DE ELABORAÇÃO DO PROJETO

Catarine Palmieri Pitangui Tizziotti – Coordenadora da Graduação em Administração Pública;

Eduardo Giarola – Coordenador Substituto da Graduação em Administração Pública;

Cristiane Betanho, Cláudio Luiz Miotto, Rafaela Costa Cruz Barbieri e Rodrigo Castanheira Rezende – Membros do Colegiado do Curso de Graduação em Administração Pública;

Vinícius Silva Pereira, Antônio Sérgio Torres Penedo, Janduhy Camilo Passos, Márcia Mitie Durante Maemura e Rodrigo Miranda - Membros do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Graduação em Administração Pública.

SUMÁRIO

1.	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	1
2.	ENDEREÇOS	2
3.	APRESENTAÇÃO	2
4.	JUSTIFICATIVA	4
4.1	Breve histórico da participação da UFU no projeto UAB	4
4.2	Condições objetivas de oferta e vocação do curso	5
4.3	Caracterização socioeconômica dos municípios atendidos	6
5.	PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS	8
5.1	Concepções fundamentais	8
5.2	Concepção de EaD	10
5.3	Concepção de currículo	11
5.4	Concepção do processo ensino/aprendizagem	11
5.5	Concepção de avaliação	12
6.	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	13
7.	OBJETIVOS DO CURSO	15
7.1	Objetivo Geral	15
7.2	Objetivos Específicos	15
8.	ESTRUTURA CURRICULAR	16
8.1	Conteúdos de Formação Básica	16
8.2	Conteúdos de Formação Profissional	17
8.3	Conteúdos de Formação Complementar	18
8.4	Disciplinas Optativas	19
8.5	Requisitos Legais e Normativos	21
8.6	Estágio Curricular Supervisionado	21
8.7	Trabalho de Conclusão de Curso	22
8.8	Atividades Acadêmicas Complementares	23
8.9	Extensão Universitária	24
8.10	Conteúdo de nivelamento	26
8.11	Equivalências entre componentes curriculares para aproveitamento de estudos	28
8.12	Internacionalização na graduação	28
9.	DIRETRIZES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DO ENSINO	29
9.1	Espaço físico	31
9.2	Seleção e formação de tutores	31
9.3	Estratégias de ensino e aprendizagem	32
9.4	Encontros presenciais	32
9.5	Recursos educacionais	33
10.	ATENÇÃO AO ESTUDANTE	36
10.1	Acompanhamento do aprendizado	39
11.	PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO CURSO	42
11.1	Critérios e Estratégias de Avaliação	43
11.2	Critérios de avaliação das atividades de Fóruns e <i>chats</i>	43
11.3	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)	46
12.	ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS	46
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
14.	REFERÊNCIAS	48

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação: Curso de graduação em Administração Pública

Grau: Bacharelado

Modalidade: a distância

Titulação: Bacharel em Administração Pública

Carga horária: 3.120h

Duração:

- Tempo mínimo de integralização curricular: 4 (quatro) anos.
- Tempo máximo de integralização curricular: 5 (cinco) anos. O período de oferta do curso está vinculado ao período de financiamento pelo Sistema UAB: 4 (quatro) anos regulares e mais 1 (um) ano de repercurso, a serem realizados em sequência.

Criação: Resolução CONSUN nº 69, de 27 de novembro de 2023

Portaria de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento:

Portaria nº 614 MEC/SERES de 03/09/2015 (D.O.U. de 04/09/2015)

Renovação de Reconhecimento

Portaria nº 952 MEC/SERES de 30/08/2021 (D.O.U. de 31/08/2021)

Regime Acadêmico: Semestral

Ingresso: Entrada única

Turno de oferta: não se aplica aos cursos na modalidade EaD

Número de vagas ofertadas: 150 (cento e cinquenta) vagas

Forma de ingresso: Processo Seletivo Regular da Universidade Federal de Uberlândia - UFU (vestibular)

2. ENDEREÇOS

Universidade Federal de Uberlândia

Av. João Naves de Ávila, 2121 - CEP 38408-902
Reitoria - Campus Santa Mônica, Uberlândia – MG
Telefone: 34 3239-4811

Faculdade de Gestão e Negócios

Av. João Naves de Ávila, 2121- Bloco 1F, sala 1F216
Campus Santa Mônica, Uberlândia – MG
Telefone: 34 3239-4132

Coordenação do Curso de Administração Pública

Av. João Naves de Ávila, 2121- Bloco 1F, sala 1F238
Campus Santa Mônica, Uberlândia – MG
Telefone: 34 3239-9501 / 9502

Polos de oferta

POLO	ENDEREÇO	VAGAS
ARAGUARI (MG)	Praça Augusto Diniz, 55 - Bairro de Fátima - CEP 38442-148 - Araguari/MG - Telefone: (34) 3246-2221	30
ITUIUTABA (MG)	Rua 26 com 7 e 9, nº 425 - Bairro Centro - CEP 38300-080 - Ituiutaba/MG - Telefone: (34) 3271-8207	30
PATOS DE MINAS (MG)	Rua São Geraldo nº 61, Bairro Lagoinha, CEP 38700-126 - F: (34) 3822-9662 ramal 9662	30
UBERABA (MG)	Rua Manoel Brandão, nº 110, Bairro Mercês, CEP 38060-035- F: (34) 3322-3783	30
UBERLÂNDIA (MG)	Av. Prof. José Inácio de Souza, 1948, B. Brasil, CEP 38400-732 - (34) 3212-1177 r: 37	30

3. APRESENTAÇÃO

O Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB e, conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), estimula a oferta do curso de Administração Pública, na modalidade à distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, em consonância com os instrumentos legais emanados pela UAB.

Neste contexto, o Curso de Bacharelado em Administração Pública, integrante do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para tanto, visando atender a demanda de formação superior de gestores públicos na região do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Noroeste Paulista, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), com o intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim a sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Este projeto pedagógico está pautado na observância de dispositivos legais e regimentares institucionais, entre eles:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (Lei nº 9.394, de 20.12.1996);
- Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública, Bacharelado (Resolução CNE/CES nº 1 de 13.01.2014); e
- Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.

Ressalta-se que a elaboração deste projeto pedagógico obedece às Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração Pública (Bacharelado), quanto à estrutura mínima que um projeto pedagógico de um curso da graduação mencionada deve conter. Assim, contempla os seguintes elementos estruturais:

1. objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
2. condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
3. cargas horárias das atividades didáticas e da integralização do curso;
4. formas de realização da interdisciplinaridade;
5. modos de integração entre teoria e prática;
6. formas de avaliação do ensino e da aprendizagem;
7. modos de integração entre graduação e pós-graduação;
8. incentivo à pesquisa, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica;
9. concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização;
10. concepção e composição das atividades complementares;
11. concepção do Trabalho de Conclusão de Curso, estabelecido no caso do Curso de Administração Pública da FAGEN/UFU como projeto de atividades; e
12. especificação de cursos de pós-graduação *lato-sensu* e *stricto-sensu*, caracterizando a educação continuada.

Uma vez que o Curso de Administração Pública será ofertado na modalidade à distância, é necessário esclarecer dois aspectos fundamentais norteadores deste projeto. O primeiro diz respeito ao fato de que a Educação a Distância (EaD) não pode ser reduzida a questões metodológicas, a simples gestão acadêmico-administrativa, ou apenas como a possibilidade de emprego de Novas Tecnologias da Comunicação (NTCs) na prática docente e no processo formativo dos estudantes. O segundo refere-se a não existência de uma metodologia de Educação a Distância (EaD) e, menos ainda, a um “modelo” único na oferta de cursos a distância. Na verdade, cada instituição, ao longo do tempo vem construindo a sua experiência em EaD, bem como se ajustando à modalidade,

dando-lhe identidade, a partir da realidade local, da trajetória da instituição e dos profissionais que atuam na EaD.

A finalidade do curso é atender à demanda das organizações públicas, em termos de qualificação dos seus servidores. Portanto, a opção pela modalidade a distância se deu não só pela necessidade de alcançar estudantes residentes em regiões sem instituições federais de ensino superior, mas para atender aos profissionais em serviço que necessitassem de formação em nível universitário. É importante assinalar que, mesmo garantindo a unicidade dos aspectos presentes no projeto pedagógico inicial, a UAB facultou que as instituições participantes do edital¹ promovessem as adequações necessárias às especificidades de cada uma, no tocante à infraestrutura e ao sistema de educação à distância, incluindo o material didático, o ambiente virtual de aprendizagem, o sistema de acompanhamento ao estudante à distância e a avaliação.

A Universidade Federal Uberlândia (UFU) atua na modalidade a distância desde 1987. Uma de suas primeiras experiências foi a realização do 1º Curso de Especialização em Análise e Elaboração de Projetos, em parceria com a SEPLAN/IPEA. Posteriormente, atuou em um amplo programa de capacitação para a Secretaria da Educação de Minas Gerais, por meio de vídeos, tutoria e material impresso (PROCAP). A UFU participou do Projeto Veredas entre 2002 e 2005, destinado à formação a distância de professores de Ensino Fundamental das redes públicas.

A criação e o desenvolvimento do curso de Administração Pública, no âmbito da UFU, dá-se de forma paralela à institucionalização do Centro de Educação a Distância (CEaD) e de outras iniciativas de implementação de EaD nesta universidade.

Cumprir destacar, ainda, que a UFU figura entre as IPES que tiveram autores conteudistas escolhidos para a produção de material didático no PNAP² em sua primeira versão. A partir de 2015, foi instituído grupo de trabalho para analisar as oportunidades de melhoria e atualização dos projetos político pedagógicos do PNAP (especializações e graduação), e a UFU foi convidada a fazer parte dele e contribuiu para que esses projetos fossem aprofundados. Os projetos base foram encaminhados pela CAPES aos coordenadores em 27 de novembro de 2019, a partir do Ofício Circular nº 43/2019-CPCF/CGPC/DED/CAPES.

Assim, este projeto político pedagógico que se apresenta é fruto, por um lado, da participação da UFU na discussão dos contornos gerais dos projetos do PNAP e, internamente à instituição, a partir da Fagen, do trabalho desenvolvido pelo Colegiado e Núcleo Docente Estruturante do curso de Administração Pública em 2020, que refletiu como adaptar esse projeto geral às demandas regionais.

O histórico da formação do curso e da participação da UFU será aprofundado na seção a seguir.

4. JUSTIFICATIVA

4.1 Breve histórico da participação da UFU no projeto UAB

Em outubro de 2007, os integrantes do Fórum Nacional Coordenadores do Curso Piloto elaboraram a carta de Campo Grande, na qual sugeriam à SEED/MEC e a CAPES novas iniciativas educacionais, a partir da experiência bem-sucedida deste projeto piloto. Um

¹ Edital n. 1 de 27 de abril de 2009 do Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, que tinha por objetivo selecionar e acolher adesões à oferta de cursos na área da Administração Pública, referentes ao PNAP, no âmbito do Sistema UAB: bacharelado em Administração Pública, especialização em Gestão Pública, especialização em Gestão Pública Municipal e especialização em Gestão em Saúde. A UFU respondeu a esse edital e oferta desde então os quatro cursos do PNAP.

² TAVARES, Marcelo. Estatística aplicada à administração; FREITAS, Maria Teresa M.. Matemática para administradores; CARVALHO, Claudiné J. Gestão e Elaboração de Projetos.

dos resultados foi o desenvolvimento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública - PNAP. Esse programa foi articulado pela CAPES e tem como meta a oferta de um curso de bacharelado, três de especialização e um de mestrado, com recursos oriundos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

O PNAP surgiu porque dirigentes públicos federais identificaram dificuldades na implementação e na descentralização de políticas públicas na maioria dos municípios brasileiros, nos quais se percebem a carência de servidores aptos a elaborar projetos adequados à captação de recursos financeiros, já disponibilizados nos Ministérios, para a realização de ações e programas públicos nas mais diferentes áreas de demanda social. Tal quadro reforça o estigma de que a Administração Pública no Brasil é morosa, arcaica, despreparada, burocrática e onerosa pela qualidade dos serviços que presta à sociedade.

Dentre as possíveis causas para a escassez de servidores capacitados figura a questão educacional. Dados de 2008 apontavam que aproximadamente 3,2 milhões de servidores públicos não eram graduados, enquanto 2,8 milhões o eram, mas não se pós-graduaram, especialmente os servidores estaduais e os municipais. Dentro desta perspectiva, o PNAP pretendia suprir este déficit, como também contribuir para alterar, de maneira eficiente e eficaz, a qualidade da gestão pública no Brasil nas diversas áreas que impliquem na participação e atenção do Estado no bem-estar social. Temos cumprido nossa missão nessa área e somente a Fagen, a partir do bacharelado e das especializações, acolheu mais de 2 mil educandos em processos de construção e aplicação do conhecimento no campo de públicas do início do PNAP, em 2009, até os dias atuais.

4.2 Condições objetivas de oferta e vocação do curso

Uma das políticas do governo federal é a ampliação do acesso ao ensino superior, incluindo-se, nesse propósito, a formação dos servidores públicos. Deste modo, o curso de Administração Pública foi escolhido devido à sua importância na formação de agentes de mudança, sobretudo no processo de desenvolvimento socioeconômico do País.

O desenvolvimento de uma sociedade mais justa, com melhor distribuição de renda e permanente geração de empregos, é consequência de inúmeros fatores econômicos, sociais e políticos, entre outros. Contudo, não há dúvidas de que são importantes as práticas de organização e de administração adotadas nesta sociedade, no decorrer do processo de desenvolvimento, tanto na área pública como na área privada.

Em ambientes onde as mudanças ocorrem permanentemente e em grande velocidade, caracterizados, ainda, pela escassez de recursos e pelo alto nível de competitividade exigido pela sociedade contemporânea, o profissional responsável pela condução das organizações - sejam elas industriais, comerciais, de serviços ou de caráter público (tanto da administração pública direta como na indireta) - necessita, antes de tudo, desenvolver sua criatividade, espírito crítico e capacidade de absorção de novos conhecimentos. Como consequência, o espaço reservado aos cursos de Administração Pública é de suma importância à sociedade, na medida em que são responsáveis pela formação de agentes de mudança, elementos centrais no processo de desenvolvimento socioeconômico, sendo capazes de se configurarem como agentes catalisadores deste desenvolvimento.

A Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN) da UFU oferece, desde 1969, o curso de Administração na modalidade presencial. A criação desse curso teve como propósito "formar profissionais de nível superior voltados ao desenvolvimento do Brasil e de suas instituições". São oferecidas anualmente 80 (oitenta) vagas, distribuídas em dois processos seletivos. Avaliado pelo MEC, por meio do Exame Nacional de Cursos - "Provão", o curso de Administração da FAGEN/UFU obteve conceito máximo (A) em

todas as suas edições (1996 - 2003) e atualmente é nota 5 no Enade, a avaliação do INEP (2004 - dias atuais). O curso se mantém posicionado entre os 15 melhores do País, refletindo a qualificação de alunos e professores da unidade acadêmica.

Na modalidade presencial, além da experiência bem-sucedida na graduação, a FAGEN oferece, há vários anos, diversos cursos de especialização e MBA. Conta, ainda, desde 2003, com um Programa de Pós-graduação em nível de Mestrado e recentemente Doutorado em Administração e outro, desde 2015, em nível de Mestrado Profissional, em Gestão Organizacional, sendo uma das linhas de concentração em Gestão Pública.

Desde 2006, a FAGEN atua também na modalidade a distância, com o curso piloto de Administração, experimentando, de forma ativa, esta recente tendência e acumulando, assim, *expertise* que a habilita a propor o presente projeto educacional.

Na modalidade a distância, são ofertados os cursos de pós-graduação *lato-sensu* (PNAP) em Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão Pública em Saúde, e ainda um MBA em Gestão Pública, o que vem caracterizar a ampliação da oferta e a preocupação da UFU com a educação continuada dos futuros egressos do curso de graduação em Administração Pública.

Encontramos, portanto, os três pilares de sustentação para a continuidade do curso de Administração Pública, ao analisar o perfil demandado pela UAB/CAPES: a coerência com a linha assumida pela UFU na formação de Administradores, em seu curso presencial; a sólida experiência apresentada pela FAGEN no curso a distância; e a vontade política de contribuir para a formação de agentes de mudança na área pública.

4.3 Caracterização socioeconômica dos municípios atendidos

A mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba é constituído por 64 municípios subdivididos em sete microrregiões compostas pelas regiões polarizadas em torno dos municípios de Araxá, Frutal, Ituiutaba, Patos de Minas, Patrocínio, Uberaba e Uberlândia. Segundo Carmo et al. (2011), esses municípios se destacam pela diversidade econômica, social e cultural, além dos processos produtivos inovadores do seu parque industrial, onde predominam modernas tecnologias de processamento. Esses aspectos contribuem para que a região gere o terceiro maior PIB (Produto Interno Bruto) do estado de Minas Gerais, ficando atrás somente da mesorregião metropolitana de Belo Horizonte e do Sul de Minas. Possui o maior PIB *per capita* do Estado e uma participação de 10,6% no PIB estadual. Sua população é de aproximadamente 2,2 milhões de habitantes, com base no censo 2010 (IBGE, 2012), sendo que as cidades mais populosas e com maiores destaques são: Uberlândia, Uberaba, Patos de Minas e Araguari, nessa ordem.

A seguir, encontram-se dados demográficos sobre as cidades com Polos credenciados pela UAB e que solicitaram a abertura de vagas para o curso de Administração Pública na modalidade a distância.

- Araguari: O município tem uma área de 2.729,508 km², com 97 km² de área urbana e 2.632 km² de zona rural, e uma população de 118 361 habitantes em 2021, de acordo com estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021). Situada na região do Triângulo Mineiro, Araguari está a aproximadamente 520 km de Belo Horizonte, capital do estado. A cidade é conhecida por sua economia diversificada, paisagens naturais e cultura rica. O Índice de desenvolvimento humano municipal é de 0,773 com nível de escolarização (de 06 a 14 anos) de 97,8% do total da sua população (IBGE, 2010). Araguari é um importante centro regional. A agricultura tem um papel significativo na economia local, com destaque para a produção de grãos, como milho, soja e feijão, além de atividades pecuárias, como a criação de gado leiteiro. Além disso, Araguari também possui uma presença industrial expressiva, abrigando empresas de diferentes setores, como alimentício, metalúrgico, têxtil e de papel e celulose. Essa

diversificação econômica contribui para o desenvolvimento e a geração de empregos na região.

- Ituiutaba: Ituiutaba é um município do interior do estado de Minas Gerais. Sua população em 2021, de acordo com a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), era de 105.818 habitantes. Ituiutaba é um município localizado no estado de Minas Gerais, Brasil. Situada na região do Triângulo Mineiro, Ituiutaba fica a aproximadamente 650 km de Belo Horizonte, capital do estado. É um importante centro regional. Possui uma economia diversificada, com destaque para a agricultura e pecuária. A região é conhecida por sua produção de grãos, como milho, soja e feijão, além de atividades pecuárias, como a criação de gado de corte e leiteiro. Esses setores desempenham um papel significativo na economia local, confiáveis para o desenvolvimento e a geração de empregos na região. O Índice de desenvolvimento humano municipal é de 0,739 com nível de escolarização (de 06 a 14 anos) de 98,1% do total da sua população (IBGE, 2010). Além da agricultura e pecuária, Ituiutaba também possui uma presença industrial expressiva. O município protege de diferentes segmentos, como alimentos, metalurgia, vestuário e produtos químicos.

- Patos de Minas: Patos de Minas é a terceira mais populosa cidade da mesorregião, atrás de Uberlândia e Uberaba (IBGE, 2014). De acordo com a classificação do IBGE, o município faz parte da Microrregião de Patos de Minas, que reúne 10 municípios que somados possuem cerca de 253 mil habitantes, sendo o mais populoso dos municípios do grupo (IBGE, 2014). A população da cidade de Patos de Minas é 138.710 habitantes (IBGE, 2010). Com um PIB de cerca de 1,8 bilhões de reais (IBGE, 2010), entre os 25 maiores PIBs do Estado de Minas Gerais, sua economia se destaca pelo turismo e agroindústria de leite e derivados, grãos e fertilizantes. Considerando-se os intervalos de 20 anos em que é calculado o IDH (1991 - 2010) o município teve um incremento no seu IDH de 45,71%, abaixo da média de crescimento nacional (47,46%) e abaixo da média de crescimento estadual (52,93%) (PNUD, 2014). Dentre os três componentes que fazem parte do IDH a educação é o mais crítico. Atualmente a cidade conta com 01 Campus da UFU, 01 Campus do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro e 01 Centro Universitário Privado.

- Uberaba: A população estimada para Uberaba no ano de 2013 foi de 315.360 habitantes (IBGE, 2010). O IDH da cidade é 0,772, situado entre os 20 melhores índices do Estado de Minas Gerais (PNUD, 2014). Atualmente Uberaba é a 7ª maior economia de Minas Gerais e a 72ª economia do país, sendo conhecida como a capital mundial de criação de gado da raça Zebu. De acordo com a PMU (2009a) a taxa de alfabetização do município no ano de 2008 foi de 98,7%. A cidade possui 73 pré-escolas, 94 escolas de ensino fundamental e 37 escolas que oferecem ensino médio (IBGE, 2014). Uberaba conta com a atuação de 19 instituições de ensino superior, sendo que 6 delas oferecem cursos na modalidade presencial, 3 nas modalidades presencial e a distância e 10 oferecem cursos apenas na modalidade a distância (MEC, 2014).

- Uberlândia: Sua população, segundo a estimativa de 2013 do IBGE, é de 646 673 habitantes sendo o segundo município mais populoso de Minas Gerais e é o quarto município mais populoso do interior do Brasil. O Produto Interno Bruto - PIB de Uberlândia é o 27º maior do país³, destacando-se na área de prestação de serviços. O seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), segundo dados de 2010, é de 0.7898, considerado "alto" pela ONU, sendo o terceiro município com melhor IDH do estado e o 71º do Brasil, estando, inclusive, acima tanto da média estadual quanto nacional (PNUD,

³ IBGE - dados referentes a 2008 - divulgados em 12/2010

2014⁴). Desse modo, a cidade é um polo universitário de formação superior. O primeiro curso superior foi criado na década de 1960. Uberlândia se tornou um expressivo centro educacional e de conhecimento com uma Universidade Federal e mais de 20 Instituições privadas de Ensino Superior com suas derivações a nível de pós-graduação, totalizando aproximadamente 40 mil alunos entre graduação, cursos de especialização, mestrado e doutorado.

Quadro 1. Síntese das Informações

Cidades/ Polos	Estabelecimentos de Saúde SUS - 2009	IDHM - 2010	Matrícula - Ensino médio - 2021	Número de empresas	Pessoal ocupado total - 2021	PIB per capita a preços correntes - 2020	População residente em 2022
Araguari	48	0,773	3.826	3.408	27.536	50.308,19	117.808
Ituiutaba	53	0,739	3.206	2.582	23.078	34.081,20	102.217
Patos de Minas	50	0,765	5.009	5.115	51.856	35.161,35	159.235
Uberaba	71	0,772	10.282	10.870	105.113	50.997,49	337.846
Uberlândia	108	0,789	21.882	26.225	262.189	53.828,78	713.232

Fonte: IBGE Cidades

A região de influência da UFU possui pujança social e econômica e requer administradores públicos que contribuam para aprofundar os resultados de bem-estar e desenvolvimento regional. As distâncias e as necessidades de aprofundar a atuação local justificam a proposta do curso de Graduação em Administração Pública na modalidade EaD, cujos princípios e fundamentos serão apresentados na próxima seção.

5. PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS

5.1 Concepções fundamentais

Em primeiro lugar, cabe apresentar os princípios e fundamentos da Universidade Federal de Uberlândia, a base a partir da qual as concepções do curso são norteadas e incentivadas.

A Missão da UFU é “desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão de forma integrada, realizando a função de produzir e disseminar as ciências, as tecnologias, as inovações, as culturas e as artes, e de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a transformação social”.

Sua Visão orienta a comunidade acadêmica para “ser referência regional, nacional e internacional de universidade pública na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão em todos os campi, comprometida com a garantia dos direitos fundamentais e com o desenvolvimento regional integrado, social e ambientalmente sustentável”.

Seus princípios estão voltados a Produzir, sistematizar e transmitir conhecimentos; promover a aplicação prática do conhecimento, visando à melhoria da qualidade de vida em seus múltiplos e diferentes aspectos, na nação e no mundo; promover a formação do homem para o exercício profissional, bem como a ampliação e o ampliar a oportunidade de acesso à educação superior; desenvolver o intercâmbio cultural, artístico, científico e tecnológico; buscar e estimular a solidariedade na construção de uma sociedade democrática e justa, no mundo da vida e do trabalho; e preservar e difundir os valores éticos e de liberdade, igualdade e democracia.

Em relação ao ensino de graduação, as preocupações que norteiam o funcionamento dos cursos da UFU são:

⁴ PNUD. O que é o IDH. Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em http://www.pnud.org.br/IDH/IDH.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDH. Consultada em 13 de março de 2014

1. Contextualização e criticidade dos conhecimentos.
2. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de modo a desenvolver nos estudantes atitudes investigativas e instigadoras de sua participação no desenvolvimento do conhecimento e da sociedade como um todo.
3. Interdisciplinaridade e articulação entre as atividades que compõem a proposta curricular, evitando-se a pulverização e a fragmentação de conteúdo.
4. Flexibilidade curricular, com a adoção de diferentes atividades acadêmicas, de modo a favorecer o atendimento às expectativas e interesses dos alunos.
5. Rigoroso trato teórico-prático, histórico e metodológico no processo de elaboração e socialização dos conhecimentos.
6. A ética como orientadora das ações educativas.
7. O desenvolvimento de uma prática de avaliação qualitativa do aprendizado dos estudantes, e uma prática de avaliação sistemática do Projeto Pedagógico de cada curso, de modo a produzir ressignificações constantes no trabalho acadêmico.

Os princípios orientadores do planejamento, organização e desenvolvimento do curso articulam-se em duas dimensões: a epistemológica, que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas à formação do administrador; e a profissionalizante, que, implicando a primeira, refere-se aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador em todas as suas relações sócio/políticas e culturais, e nas perspectivas da moral e da ética.

Na dimensão **epistemológica**, pode-se entender como princípios:

- **Historicidade:** Ao pensar a formação do Administrador, toma-se o desenvolvimento e a construção do conhecimento num determinado contexto histórico/social/cultural e, por isso mesmo, sujeito às suas determinações. O desenvolvimento do conhecimento, por ser processual, não possui a limitação de início e fim, consubstanciando-se num *continuum* em que avanços e retrocessos se determinam e são determinados pelas condições histórico-culturais em que as ciências são construídas. Assim, a formação proposta neste projeto deve estar atenta à contextualização e criticidade dos conhecimentos, ou seja, que a produção, a abordagem e a difusão dos conhecimentos se façam de maneira contextualizada, crítica e historicamente situada.
- **Construção:** Perpassa todas as áreas e núcleos de conhecimento do curso, para que o aluno reforce sua compreensão de que, se os conhecimentos são históricos e determinados, eles são resultados de um processo de construção que se estabelece no conjunto de relações homem/homem, homem/natureza e homem/cultura. Essas relações, por serem construídas num contexto histórico e culturalmente determinado, jamais serão lineares e homogêneas. Entende-se como reflexo deste princípio o fato do aluno se imbuir do firme propósito de transformar-se num profissional que não só aplica conhecimentos, mas também produz conhecimentos.
- **Diversidade e interdisciplinaridade:** É importante que o aluno compreenda como as diferentes abordagens determinam posicionamentos políticos na ação administrativa. Por um lado, a interdisciplinaridade aparece como superação da ideia de que conhecimento se processa em campos fechados em si mesmos, como se teorias pudessem ser construídas em mundos particulares de modo a tornarem-se imunes aos acontecimentos e contextos histórico-culturais. Por outro, percebe-se que conhecimentos fragmentados e compartimentalizados não dão conta de produzir explicações suficientes para a complexidade dos fenômenos que formam o cotidiano da nossa sociedade.

A dimensão **profissionalizante** admite como princípios:

- Articulação entre teoria e prática: Percebe-se que toda prática implica uma ação reflexiva, pela qual o sujeito sistematiza as contribuições dos diferentes campos envolvidos. Por seu turno, a prática é meio que permite a construção e validação das formulações teóricas. Portanto, toma-se como princípio um diálogo constante entre teoria e prática, propondo que todo o desenvolvimento da proposta curricular, em seu sentido mais amplo, contemple a formação do aluno no sentido de desenvolver as habilidades e competências necessárias a realização deste diálogo.
- Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: Busca-se fomentar um ensino que construa uma atitude investigativa, como base da atuação profissional, ao lado da compreensão da relevância desta atuação proporcionada pelas atividades voltadas para extensão. Por fim, e em relação direta com o princípio anterior, pretende-se não dissociar a produção do conhecimento e sua aplicação no campo da atuação profissional ou do ensino.

Os processos fundamentais do curso podem ser descritos como segue:

5.2 Concepção de EaD

Na atualidade a presença das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), é inevitável e impossível de não ser discutida do ponto de vista pedagógico, sob pena de cometerem-se duas grandes omissões. A primeira refere-se a desconsiderar a própria inserção dos sujeitos no seu tempo e espaço, e de como os processos educativos podem e devem ampliar as possibilidades de intervenção construtiva nesses mesmos tempos e espaços. A segunda seria o de não se apropriar de recursos de tão amplo alcance que permitem não apenas acessos à informação e à educação, mas fomentam o repensar da própria forma como a educação tem se dado em tempos mais recentes.

Entende-se que modelos educativos que incorporem modernas tecnologias indicam, sobremaneira, uma sintonia entre a ação educativa e o tempo vigente. Contudo, esta sintonia não se faz pela aceitação passiva, porém, pela criticidade e preocupação com os reflexos destes meios na construção da história da humanidade. Embora hoje a educação a distância lance mão de recursos como vídeos, CDs, e-mail, páginas web, videoconferências, LMS, dentre outros, a modalidade a distância é prática que data do século XIX, período em que seu principal instrumento era a correspondência.

Sob esse enfoque, uma vez que não se trata de prática recente, é pertinente elucidar que os modos de educação a distância atuais e neste projeto, de modo específico, se distinguem, primeiramente, em função do entendimento do que seja Educação a Distância. O texto do Decreto nº 5622/2005 a caracteriza como a modalidade educacional em que a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos.

Entretanto, é preciso que se tenha a clareza de que o uso de recursos tecnológicos e o fato de alunos e professores estarem desenvolvendo atividades educativas em lugares e tempos diversos não caracterizam, por si só, a prática da educação a distância, como adverte Calixto (2003, p.64):

Estar fisicamente em determinada sala de aula não implica, necessariamente, na presença do aluno. Um aluno trabalhando em ambiente virtual pode não estar tão distante quanto poderiam expressar os quilômetros que separam o seu computador do computador do seu professor.

Por conseguinte, o ponto fundamental na construção da concepção de educação a distância deste projeto não é o meio e, sim, o modo de ensinar e aprender. Dessa forma, torna-se imperativo repensar o modelo presencial de ensino, encaminhando-se para uma proposta de interações mais livres das restrições de tempo e espaço, com a possibilidade

de construção de coletivos inteligentes, nos quais as potencialidades de cada um poderão estar permanentemente sendo modificadas pela ação dos demais.

Isto implica em rever as noções de currículo, ensino, aprendizagem e de avaliação. Na sequência, tratar-se-á de explicitar a proposta de revisão destes conceitos.

5.3 Concepção de currículo

O currículo do Curso de Administração Pública é compreendido na acepção de Silva (1996, p.162) que, contrapondo-se às concepções do currículo como coisa ou como idéia, considera-o como produção que se estabelece pela relação entre pessoas. “O currículo é aquilo que os professores e os estudantes fazem com as coisas e também aquilo que as coisas que são feitas fazem aos seus autores. (...) Nós fazemos o currículo e o currículo nos faz.”

Neder (1996) afirma que, quando o currículo é considerado apenas uma listagem de conhecimentos - coisas - que todos os indivíduos devem saber para serem considerados ‘escolarizados’, deixa-se de lado uma questão fundamental, apontada por Apple (1989): o encobrimento das realidades do poder e do conflito que fornecem as condições para a existência de qualquer currículo.

Como produção social, segue Apple (1989), o currículo não pode ser entendido de uma forma positivista. É preciso percebê-lo relacionalmente, como tendo adquirido significado a partir das conexões que ele tem com as complexas configurações de dominação e subordinação, na nação como um todo, em cada região ou em cada escola individualmente. Não é apenas o conteúdo curricular que deve ser observado, mas sua forma e o modo pelo qual ele é organizado também merecem atenção. Tanto o conteúdo como a forma, afirma Apple, são construções ideológicas.

Por esta razão, é possível pensar no currículo como um conjunto de significados que pode ser trabalhado na perspectiva de desafio às relações de dominação e exploração na sociedade. É possível também pensá-lo não mais como um agrupamento de disciplinas alinhadas ao longo do tempo, hierarquicamente e linearmente dispostas, mas é desejável alcançar um entendimento de currículo que se estabeleça como teia de conhecimentos e possibilidades, mesmo que a princípio lançando mão de disciplinas, mas que operam no sentido de um movimento interdisciplinar.

De acordo com as DCNs do curso de Administração Pública, são princípios fundamentais a serem observados nos cursos de bacharelado em Administração Pública:

I – o ethos republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela res publica e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

II – a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los a seu contexto e vocação regionais;

III – a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos.

5.4 Concepção do processo ensino/aprendizagem

Entendem-se a aprendizagem e o ensino, no contexto deste projeto, como fenômenos que ocorrem na interação dos sujeitos, nos quais são mobilizadas não só suas condições internas como também todo o contexto social e historicamente produzido pelo conjunto dos seres humanos, sendo, portanto, profundamente marcados pelas particularidades da cultura de cada grupo. Dessa forma, há que se considerar a velocidade das transformações que as atuais tecnologias impõem à vida humana e como tais

transformações ecoam nos processos de ensinar e aprender, criando outras temporalidades e outras espacialidades para a prática educativa.

Em decorrência do sentido particular que se atribuí aos processos de ensino e de aprendizagem no presente projeto e sua estreita ligação com a linguagem, temos a linguagem e sua possibilidade expressiva como fator contribuinte para que o sujeito organize sua estrutura interna, seja ao emitir suas ideias, seja ao confrontá-la com a dos demais, atribuindo significado às suas experiências. Ensinar e aprender, num contexto de influências das TICs, demanda uma rede comunicativa, intercambiante, estruturada não mais como uma narrativa linear, mas na forma rizomática, hipertextual - um processo de ensino e aprendizado capaz de propor a formação de uma teia, que ao longo do tempo adquire diferentes extensões, onde o conhecimento é compartilhado, re(significado) e assimilado. É fundamental que todos se sintam em formação e que a aprendizagem seja considerada como um projeto coletivo. Objetiva-se, assim, a formação de uma comunidade, nesta proposta pedagógica, que evidencie o caráter cooperativo e solidário do ensino e da aprendizagem.

É preciso que se diga que a aprendizagem colaborativa e o ensino interativo promovem não só a troca, a interação, mas remodela significativamente a forma de raciocinar, de criar e de ser dos sujeitos, de uma maneira bem diversa ao que antes se produzia no espaço, muitas vezes pretendido, solitário do interior de cada um.

Outro aspecto a ser ressaltado é o caráter problematizador que o ensino deve assumir e, em contrapartida, o caráter investigativo que se deseja alcançar na aprendizagem. Estes pontos só poderão ser atingidos pela prática da reflexão, seja no diálogo dos diferentes saberes presentes na comunidade, seja pelo desenvolvimento de uma visão crítica quanto a estes mesmos saberes. A existência de um desafio ou problema que se interpõe entre os participantes é, na verdade, o propulsor de todo o funcionamento da comunidade da aprendizagem.

Neste sentido, este projeto pedagógico se dispõe a um afastamento do Modelo Presencial de Ensino apontado por Pacheco (2005) como predominante, e que é forte referência para diversas práticas de educação à distância.

Entende-se, no projeto, o aluno como protagonista ativo nas estratégias que levam a aprendizagem e não mais alguém que se submete às escolhas e aos caminhos traçados por outro, na maioria das vezes o professor. Isso reserva ao professor, segundo Moran (2000), o papel do especialista que possui conhecimentos e experiências a comunicar, de alguém que pode e tem a intenção de colaborar para dinamizar a aprendizagem do aluno.

Em síntese, cabe ao professor sair do modelo presencial de divulgador da informação e assumir o papel de mediador pedagógico na construção dos conhecimentos pelos alunos.

5.5 Concepção de avaliação

Para este projeto, a avaliação precisa ser encarada sob o ponto de vista de um processo contínuo e regulador das práticas educativas, considerando as condições em que estas práticas se realizam, como considera Wachowicz (2006, p.153):

Temos, então, que a avaliação é uma revelação de algo não conhecido, às vezes, nem inesperado. A intencionalidade do avaliador não pode corresponder a revelação, a não ser que sua intenção seja simplesmente captar a realidade. Assim, embora tenha uma direção, a avaliação não pode ser prescritiva nem fechada e será coerente com a aprendizagem se - e somente se - for realizada considerando a intenção e a realidade juntas.

O processo de avaliação de aprendizagem na modalidade EaD, embora possa, segundo Neder (1996), se sustentar em princípios análogos aos da educação presencial, requer

tratamento e considerações especiais em alguns aspectos. Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da EaD deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas, sim, a capacidade de produzir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se apresentem. Segundo, porque, no contexto da EaD, o aluno não conta comumente com a presença física do professor. Por esses motivos, faz-se necessário desenvolver métodos de trabalho que oportunizem ao aluno buscar interação permanente com os professores e com os tutores todas as vezes que sentir necessidade; e obter confiança frente ao trabalho realizado, possibilitando-lhe não só o processo de elaboração de seus próprios juízos, mas também de desenvolvimento da sua capacidade de analisá-los.

Um ponto relevante no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica dos alunos frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar, dentro de seus limites, sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado em termos do projeto pedagógico.

No Curso de Administração Pública, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do aluno no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional detentor de amplo conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do tema da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista suas correlatas, uma vez que, qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral da sociedade.

Assim, a concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública da FAGEN/UFU está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente, eficaz e efetiva no contexto da gestão pública, preocupados com a relevância social do produto de seu trabalho, apresentando habilidades para proatividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe. Profissionais que trabalhem à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não-governamentais, de forma a possibilitar que as mesmas atendam às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas do campo de públicas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar as ações e políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

I. Transversalidade - Os conteúdos, sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará, aos autores dos textos didáticos e aos estudantes, a construção holística de determinado tema;

II. Atividades acadêmicas articuladas ao Ensino - envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços.

O curso de Bacharelado em Administração Pública proposto pela FAGEN/UFU deverá propiciar formação humanista e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores, gestores públicos ou assessores no setor público estatal e não estatal, nacional e internacional, e analistas e formuladores de políticas públicas. Sendo assim, o curso deverá possibilitar as seguintes competências e habilidades, em consonância com a Resolução CNE/CES 01/2014:

I. reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;

II. apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III. desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV. estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

V. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;

VI. expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VII. ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;

VIII. atuar como ator consciente e crítico de sua realidade.

O perfil do egresso previsto contempla a capacidade deste em:

I. atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;

II. compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural em que está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e sociedade civil;

III. empreender e promover transformações de conteúdo interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do serviço público e de sua função social;

IV. expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

V. promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;

- VI. liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;
- VII. adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando ao bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilitem a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas e da sociedade;
- VIII. reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
- IX. refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento;
- X. desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores quantitativos e qualitativos presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais; e
- XI. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

7. OBJETIVOS DO CURSO

7.1 Objetivo Geral

Formar profissionais com uma visão histórica e interdisciplinar de Administração Pública capazes de atuar no âmbito federal, estadual e municipal, administrando e assessorando com competência as organizações governamentais e não governamentais, de modo proativo, democrático e ético, tendo em vista a transformação e o desenvolvimento nacional e a construção de uma sociedade igualitária.

7.2 Objetivos Específicos

- I. oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, desenvolvendo-o como ser humano e como força de trabalho;
- II. propiciar formação integral do aluno de tal forma a permitir-lhe pesquisar, criticar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e as normas éticas a que está sujeita a gestão pública;
- III. formar profissionais capazes de atuar com dinamismo nas transformações no âmbito interno e externo das organizações;
- IV. capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais próprias do setor público, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado com a visão holística de suas realidades nas dimensões humanística e técnica;
- V. preparar o aluno para atuar como gestor público, envolvendo-se com decisões, estratégias, buscando incorporar os padrões de excelência da administração pública em todo o mundo frente às mudanças e o compromisso com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade;
- VI. preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão de obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública;
- VII. despertar no profissional o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar os mais diferentes desafios e necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

Para essa realização, é necessária uma estrutura administrativo-pedagógica, apresentada na seção a seguir.

8. ESTRUTURA CURRICULAR

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e contempla 3.120 horas.

A estrutura curricular do curso contempla disciplinas cujos conteúdos revelam as inter-relações das dimensões da realidade público-privado, nacional-internacional e das esferas federal, estadual e municipal, numa perspectiva histórica e contextualizada de sua aplicabilidade no âmbito das organizações e do meio.

Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito períodos e são de natureza:

- Obrigatória – conteúdos mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas) e ao Estágio Curricular Supervisionado (180 horas), totalizando 2.910 horas;
- Optativa – compreende disciplinas complementares à formação do aluno, à sua escolha, ofertadas nos Períodos III, IV e VIII. O discente deverá cursar e ter aproveitamento em 3 disciplinas, cada uma com 30 horas, totalizando 90 horas;
- Atividades Complementares – demais atividades do curso totalizando 120 horas, conforme regulamento próprio da FAGEN/UFU.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Bacharelado em Administração Pública está representada no Quadro 2:

Quadro 2 – Síntese de distribuição de carga horária por componentes curriculares

Conteúdos	Carga horária	%
Disciplinas obrigatórias	2.610	83
Disciplinas optativas	90	3
Trabalho de Conclusão de Curso	120	4
Estágio Curricular Supervisionado	180	6
Atividades Complementares	120	4
Carga horária total do Curso	3.120	100

8.1 Conteúdos de Formação Básica

Os conteúdos de formação básica contemplam:

- assuntos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia;
- estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às Tecnologias da Comunicação e da Informação;
- a capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e
- as diferentes áreas disciplinares, a realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiro.

Quadro 3 – Disciplinas do Núcleo de Formação Básica

Disciplina	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	30	0	30
Ciência Política	30	0	30
Contabilidade Geral	60	0	60
Direito Administrativo	60	0	60
Economia Brasileira	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Economia Brasileira	0	30	30
Filosofia e Ética	60	0	60
Instituições de Direito Público e Privado	60	0	60
Introdução à Economia	60	0	60
Macroeconomia	60	0	60
Métodos e Técnicas de Estudos	30	0	30
Psicologia Organizacional	60	0	60
Sociologia Organizacional	60	0	60
Teorias da Administração	60	0	60
TOTAL	660	30	690

8.2 Conteúdos de Formação Profissional

Os conteúdos de formação profissional contemplam:

- estudos sobre governos e políticas públicas comparadas;
- estudos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos;
- disciplinas de conteúdo profissional, abordadas de forma a não dissociar o ensino da pesquisa e da extensão.

Quadro 4 – Disciplinas do Núcleo de Formação Profissional

Disciplina	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	60	0	60
Administração Pública	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Administração Pública	0	30	30
Administração Pública Brasileira	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Administração Pública Brasileira	0	30	30
Análise e Avaliação de Políticas Públicas	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Análise e Avaliação de Políticas Públicas	0	30	30
Auditoria e Controladoria	60	0	60
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	60	0	60
Cooperação Internacional	60	0	60
Decisão e Informação na Gestão Pública	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Decisão e Informação na Gestão Pública	0	30	30
Empreendedorismo Governamental	30	0	30
Estágio Curricular Supervisionado I	0	60	60
Estágio Curricular Supervisionado II	0	60	60

Estágio Curricular Supervisionado III	0	60	60
Estatística Aplicada à Administração	60	0	60
Estratégia nas Organizações Públicas	60	0	60
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60	0	60
Gestão da Qualidade no Setor Público	30	0	30
Gestão de Pessoas no Setor Público	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Gestão de Pessoas no Setor Público	0	30	30
Gestão de Projetos Públicos	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Gestão de Projetos Públicos	0	30	30
Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	30	0	30
Gestão do Conhecimento	60	0	60
Gestão Social e Participação Popular	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Gestão Social e Participação Popular	0	30	30
Atividades Curriculares de Extensão: Governo Eletrônico	0	30	30
Inovação na Administração Pública	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Inovação na Administração Pública	0	30	30
Licitação, Contratos e Convênios	60	0	60
Matemática Financeira	30	0	30
Matemática para Administradores	60	0	60
Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	60	0	60
Negociação e Arbitragem	60	0	60
Orçamento Público	60	0	60
Organização, Sistemas e Métodos	60	0	60
Planejamento Governamental	30	0	30
Atividades Curriculares de Extensão: Gestão Planejamento Governamental	0	30	30
Políticas Públicas	60	0	60
Regulação de Serviços Públicos	30	0	30
Responsabilidade Social e Terceiro Setor	60	0	60
Teoria das Finanças Públicas	60	0	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	60	0	60
Trabalho de Conclusão de Curso II	60	0	60
TOTAL	1560	480	2040

8.3 Conteúdos de Formação Complementar

Os conteúdos de formação complementar contemplam estudos de caráter transversal e interdisciplinar para o enriquecimento do perfil do formando.

Em primeiro lugar, tem-se Introdução à Educação a Distância, ofertada no primeiro semestre, estrutural para que o discente aproprie-se dos conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias a cursar uma graduação a distância.

Além disso, na estrutura original do curso PNAP, foram indicados espaços para três conteúdos à escolha das IPES, de denominação genérica original “Temas Contemporâneos na Gestão Pública”, e outros dois chamados originalmente de “Disciplinas Eletivas”.

O objetivo desses espaços era que as instituições de ensino pudessem planejar disciplinas com conteúdo que remetesse a temas emergentes, que possibilitassem enriquecimento cultural e/ou aprofundamento e/ou atualização de conhecimentos específicos, bem como adequação da formação do gestor público à demanda regional.

A FAGEN/UFU ofertará as disciplinas “Corrupção, Democracia e Interesse Público” no 2º semestre, “Economia Solidária e Políticas Públicas de Trabalho e Renda” no 3º e “Gênero e Políticas Públicas” no 4º semestre nos espaços originalmente denominados “Temas Contemporâneos na Gestão Pública”, tratando de questões emergentes e de atualização relacionadas à gestão pública. A escolha deu-se a partir de escuta aos discentes.

A FAGEN/UFU escolheu, também a partir de escuta a alunos do curso, as disciplinas “Gestão em Saúde no Setor Público” para oferta no 6º semestre e “Cultura, Diversidade e Mudança Organizacional” no 7º semestre, nos espaços originalmente denominados “Disciplinas Eletivas”, posto que relacionadas a temas estruturantes no campo das políticas públicas.

Quadro 5 – Disciplinas do Núcleo de Formação Complementar

Disciplina	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Corrupção, Democracia e Interesse Público	30	0	30
Cultura, Diversidade e Mudança Organizacional	30	0	30
Economia Solidária e Políticas Públicas de Trabalho e Renda	30	0	30
Gênero e Políticas Públicas	30	0	30
Gestão em Saúde no Setor Público	30	0	30
Introdução à Educação a Distância	30	0	30
TOTAL	180	0	180

8.4 Disciplinas Optativas

Seis Disciplinas Optativas de 30h cada serão ofertadas ao longo de 3 semestres (3º, 4º e 8º) do curso, de forma que os alunos possam ampliar sua formação, conforme seus objetivos. Desse conjunto de disciplinas, os discentes terão que fazer três, uma em cada semestre de oferta, perfazendo 90h para integralização à matriz curricular.

Quadro 6 – Disciplinas Optativas do curso de Bacharelado em Administração Pública

Disciplina	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
Direito e Legislação Tributária	30	0	30
Gestão de Operações e Logística	30	0	30
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	30	0	30
Marketing e Sociedade	30	0	30
Redação Oficial	30	0	30
Tópicos Especiais de Gestão Municipal	30	0	30

Com as disciplinas devidamente contextualizadas nos oito semestres em que o curso será desenvolvido, temos a representação curricular do curso de graduação em Administração Pública da FAGEN/UFU:

Quadro 7 – Fluxo curricular do curso de Bacharelado em Administração Pública

Per.	Componente Curricular	Natureza (Optativa, Obrigatória)	Carga Horária			Requisitos		Unid. Acad. Ofertante
			Teórica	Prática	Total	Pré-requisito	Correquisito	
1º	Cidadania e Direitos Sociais no Brasil	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Ciência Política	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Filosofia e Ética	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Introdução à Economia	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Introdução à Educação a Distância	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Métodos e Técnicas de Estudos	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Psicologia Organizacional	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Teorias da Administração	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
Enade – Ingressante*	Obrigatória	-	-	-	-	-	-	
2º	Administração Pública	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Administração Pública****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Contabilidade Geral	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Corrupção, Democracia e Interesse Público	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Instituições de Direito Público e Privado	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Macroeconomia	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Matemática para Administradores	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Sociologia Organizacional	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
3º	Administração Pública Brasileira	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Administração Pública Brasileira****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Economia Solidária e Políticas Públicas de Trabalho e Renda	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Estatística Aplicada à Administração	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Gestão Social e Participação Popular	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Gestão Social e Participação Popular****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Matemática Financeira	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
4º	Optativa I***	Optativa	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Teoria das Finanças Públicas	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Decisão e Informação na Gestão Pública	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Decisão e Informação na Gestão Pública****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Direito Administrativo	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Gênero e Políticas Públicas	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Optativa II***	Optativa	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
5º	Organização, Sistemas e Métodos	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Planejamento Governamental	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Planejamento Governamental****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Economia Brasileira	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Economia Brasileira****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Estágio Curricular Supervisionado I	Obrigatória	-	60	60	Livre	Livre	FAGEN
	Estratégia nas Organizações Públicas	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
6º	Gestão de Pessoas no Setor Público	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Gestão de Pessoas no Setor Público****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Gestão do Conhecimento	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Governo Eletrônico****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Análise e Avaliação de Políticas Públicas	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Análise e Avaliação de Políticas Públicas****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Estágio Curricular Supervisionado II	Obrigatória	-	60	60	Livre	Livre	FAGEN
	Gestão de Projetos Públicos	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
7º	Atividades Curriculares de Extensão: Gestão de Projetos Públicos****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Gestão em Saúde no Setor Público	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Licitação, Contratos e Convênios	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Orçamento Público	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Políticas Públicas	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Auditoria e Controladoria	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Cultura, Diversidade e Mudança Organizacional	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Estágio Curricular Supervisionado III	Obrigatória	-	60	60	Livre	Livre	FAGEN
8º	Gestão da Qualidade no Setor Público	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Inovação na Administração Pública	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Atividades Curriculares de Extensão: Inovação na Administração Pública****	Obrigatória	-	30	30	Livre	Livre	FAGEN
	Negociação e Arbitragem	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Regulação de Serviços Públicos	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Trabalho de Conclusão de Curso I	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Cooperação Internacional	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Empreendedorismo Governamental	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN	

	Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública	Obrigatória	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Optativa III***	Optativa	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Responsabilidade Social e Terceiro Setor	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Trabalho de Conclusão de Curso II	Obrigatória	60	-	60	Livre	Livre	FAGEN
	Enade – Concluinte*	Obrigatória	-	-	-	-	-	-
	Atividades Acadêmicas Complementares**	Obrigatória	-	-	120	Livre	Livre	-
Optativas	Direito e Legislação Tributária	Optativa	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Gestão de Operações e Logística	Optativa	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Optativa	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Marketing e Sociedade	Optativa	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Redação Oficial	Optativa	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN
	Tópicos Especiais de Gestão Municipal	Optativa	30	-	30	Livre	Livre	FAGEN

Observações:

* O Enade é componente curricular obrigatório, conforme Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004 (Sinaes).

**As Atividades Acadêmicas Complementares serão desenvolvidas ao longo do curso e o discente deverá cursar, no mínimo, 120 horas.

*** O aluno deverá integralizar, no mínimo, 90 horas em componentes curriculares optativos que deverão ser cursadas nos períodos indicados no Fluxo Curricular - 3º período, 4º período e 8º período.

**** Para integralização curricular, o discente deverá cursar, no mínimo, 330 horas de atividades curriculares de extensão que deverão ser cursadas nos períodos indicados no Fluxo Curricular - 2º período, 3º período, 4º período, 5º período, 6º período e 7º período.

8.5 Requisitos Legais e Normativos

O quadro 8, a seguir, sintetiza como este Projeto Pedagógico atende à legislação federal pertinente às temáticas de Educação para as relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena; Educação Ambiental; Educação em Direitos Humanos e Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS):

Quadro 8 – Componentes curriculares para o atendimento aos requisitos legais obrigatórios no curso de Bacharelado em Administração Pública

Temática	Disciplinas correspondentes
Resolução CNE/CP 1/2004 que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	Temas transversais em: Cidadania e Direitos Sociais no Brasil Administração Pública Brasileira Gestão de Pessoas no Setor Público Cultura, Diversidade e Mudança Organizacional (disciplinas obrigatórias)
Resolução CNE/CP 2/2012 que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental	Gestão Ambiental e Sustentabilidade (disciplina obrigatória)
Resolução CNE/CP 1/2012 que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	Temas transversais em: Cidadania e Direitos Sociais no Brasil Corrupção, Democracia e Interesse Público Economia Solidária e Políticas Públicas de Trabalho e Renda Gestão Social e Participação Popular Gênero e Políticas Públicas Responsabilidade Social e Terceiro Setor (disciplinas obrigatórias)
Decreto 5626/2005, que regulamenta a Lei 10436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) (componente optativo)

8.6 Estágio Curricular Supervisionado

À luz da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, dispõe sobre o Estágio de estudantes, a Resolução CONGRAD 24/2012 prevê que estágio é “ato educativo escolar

supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular”.

O objetivo do estágio é inserir o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional, sob a responsabilidade e coordenação do Colegiado do Curso.

Quando desenvolvido no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, o processo deve respeitar Orientação Normativa específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No caso do curso de Administração Pública, o Estágio Curricular Supervisionado ainda deve respeitar a Resolução CNE 001/2014, em especial em seu artigo 7.

O Estágio Curricular Supervisionado no curso de Administração Pública deverá ser realizado individualmente.

De acordo com o perfil que se espera do egresso do curso de Administração Pública, o aluno poderá estagiar em organizações públicas ou privadas, setores organizacionais ou em segmentos comunitários, de acordo com a realidade local e do interesse particular do aluno, desde que mantida a essência de contextualização da teoria, levando em conta a necessidade de integrar o trabalho desenvolvido no Estágio Curricular Supervisionado com as áreas de atuação do gestor público.

O Estágio Curricular Supervisionado totaliza 180 horas e será cumprido em três etapas de 60 horas no 5º, 6º e 7º semestres do curso, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

O detalhamento do processo de realização do Estágio Curricular Supervisionado constará em normas específicas, que serão aprovadas nos âmbitos do Colegiado do Curso com anuência do NDE e da unidade acadêmica.

8.7 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado individualmente ou em grupos, a fim de potencializar a capacidade de análise e proposição de intervenções por parte dos alunos.

As atividades de TCC serão realizadas durante os períodos VII e VIII, por meio de pesquisas e práticas profissionais integradas. Assim, pesquisa e extensão caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

O TCC está estruturado em duas disciplinas de 60 horas cada, sendo a primeira prevista para contemplar discussão metodológica e elaboração do projeto de TCC. Na segunda disciplina, espera-se o desenvolvimento do que foi elaborado na disciplina anterior e que seus resultados sejam submetidos à avaliação.

Haverá dispensa da realização de apresentação, pelo discente, do trabalho de conclusão de curso que se enquadre em alguma das seguintes situações:

I – Trabalho de conclusão de curso seja oriundo de artigo aprovado e apresentado em evento acadêmico e científico, reconhecido por órgãos oficiais de fomento;

II – Trabalho de conclusão de curso seja oriundo de artigo submetido, aprovado e publicado em periódico da área de Administração Pública, Administração ou áreas afins;

Os demais critérios para realização do TCC serão definidos pelo Colegiado do curso, tendo por base as normas vigentes na UFU, estabelecidas pelo Conselho de Graduação (CONGRAD) e pela FAGEN.

Outras situações não contempladas nesse projeto serão tratadas no âmbito do colegiado de Curso de Administração Pública com o apoio da Coordenação de Estágio e Trabalho de curso.

8.8 Atividades Acadêmicas Complementares

As Atividades Complementares são definidas como atividades de caráter acadêmico, científico, técnico e cultural, escolhidas a critério do aluno, respeitadas as diretrizes fixadas neste Projeto Pedagógico e acompanhadas pelo Colegiado e pela Coordenação do curso.

Para sua integralização curricular, o aluno precisará cumprir um mínimo de 120 (cento e vinte) horas de Atividades Complementares ao longo do período em que estiver matriculado no curso.

No desejo de desenvolver a autonomia de escolha, mas, ao mesmo tempo, garantir o alcance do objetivo formativo proposto, e diversificado pela natureza deste componente curricular, não será permitido que o aluno cumpra as 120 (cento e vinte) horas exigidas no desenvolvimento de uma única atividade. Esse dispositivo será garantido com estabelecimento de carga horária limite para algumas atividades a serem aproveitadas na integralização deste núcleo.

Caberá ao Colegiado do Curso de Administração Pública a análise e o deferimento das solicitações de aproveitamento de atividades não previstas na relação abaixo, de modo a evitar distorções no exercício da escolha do aprendiz.

Quadro 9 – Atividades Acadêmicas Complementares do curso de Administração Pública

Especificações das Atividades Acadêmicas Complementares			
Código	Atividade	Forma de comprovação	Valor em horas
ATCO1014	Representação estudantil nos diversos órgãos colegiados da UFU	Atas ou documentos similares que atestem a nomeação e a exoneração ou término do mandato emitido pelo órgão colegiado competente	10h por ano de mandato respeitando o teto de 20h
ATCO0522	Participação em Disciplina Facultativa	Histórico Escolar	Até 60h
ATCO0699	Participação em Projetos e/ou Atividades de Pesquisa	Documento emitido pelo orientador da atividade, devidamente validado pelo Colegiado do Curso de Administração a distância	Até 20h por ano respeitado o teto de 40h
ATCO0871	Projeto ou atividade de extensão	Documento que ateste a participação do aluno no projeto e seu desempenho emitido pelo órgão ou funcionário responsável pela atividade	Até 20h por ano respeitado o teto de 40h
ATCO0728	Participação na condição de inscrito em colóquios	Certificado de participação emitido pela entidade promotora, constando a carga horária da atividade	Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitado o teto de 40h
ATCO0729	Participação na condição de inscrito em cursos de extensão		
ATCO0730	Participação na condição de inscrito em minicursos		
ATCO0731	Participação na condição de inscrito em oficinas		

ATCO0732	Participação na condição de inscrito em palestras		
ATCO0043	Apresentação de trabalhos em eventos científicos	Certificado de participação emitido pela entidade promotora, constando a carga horária da atividade	20h por trabalho, respeitado o limite de 40h
ATCO0967	Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos	Certificado de participação emitido pela entidade promotora, constando a carga horária da atividade.	20hs por trabalho, respeitado o limite de 40hs.
ATCO0722	Participação em visita técnica orientada	Apresentação de relatório com planejamento e descrição das atividades desenvolvidas, devidamente assinado pelo responsável na empresa visitada e validado pelo Colegiado do Curso de Administração a distância	20h por visita, respeitado o limite de 40h
ATCO0089	Atividades de caráter artístico ou cultural (sujeito a aprovação do Colegiado)	A critério do Colegiado do Curso	Até 20h por ano respeitado o teto de 40h

Disciplinas Optativas do curso podem ser aproveitadas como Atividade Complementar, desde que o aluno integralize primeiro a carga horária mínima nessa categoria de disciplinas.

Além disso, o próprio Curso poderá organizar eventos, inclusive em parcerias, como oficinas, palestras, visitas técnicas a órgãos públicos, minicursos, entre outros, cuja carga horária poderá ser aproveitada como Atividade Complementar pelos estudantes.

8.9 Extensão Universitária

A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (BRASIL, 2018).

O Núcleo de Extensão é composto pelas Atividades Curriculares de Extensão (ACE), as quais, segundo o art. 4º da Resolução CNE/CES nº 7/2018, devem perfazer um total mínimo de 10,00% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil. Em cumprimento ao art. 4º da Resolução, as atividades curriculares de extensão que fazem parte da matriz curricular do curso de Administração Pública são compostas de 330 horas, correspondendo a 10,576% (dez inteiros e quinhentos e setenta e seis milésimos por cento) do total da carga horária curricular estudantil (quadro 10).

Desta forma, as Atividades Curriculares de Extensão previstas neste Projeto Pedagógico estão em consonância com as diretrizes estabelecidas: Resolução CNE/CES nº 7/2018; Resolução CONSUN 25/2019 e Resoluções CONGRAD 13/2019, 39/2022 e 49/2022.

Quadro 10: Distribuição, por departamentos da FAGEN/UFU, das Atividade Curriculares de Extensão

Componentes Curriculares: Atividade Curriculares de Extensão	Período	CH Extensionista ¹
Administração Pública	2	30
Administração Pública Brasileira	3	30
Gestão Social e Participação Popular	3	30
Decisão e Informação na Gestão Pública	4	30
Planejamento Governamental	4	30
Economia Brasileira	5	30
Gestão de Pessoas no Setor Público	5	30

Governo Eletrônico	5	30
Análise e Avaliação de Políticas Públicas	6	30
Gestão de Projetos Públicos	6	30
Inovação na Administração Pública	7	30
TOTAL		330

1: O curso de Administração tem 10,576% da sua carga horária total (3120 horas) em atividades curriculares de extensão.

A operacionalização das ACEs está de acordo com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, ou seja, cada componente curricular, apresentado no Quadro 10, cumprirá um número específico de horas em Atividades Curriculares de Extensão com vistas a atender as diretrizes do Plano Nacional de Educação Brasileiro, nas seguintes modalidades (art. 8º da Resolução CNE/CES nº 7/2018): (i) programas; (ii) projetos; (iii) cursos e oficinas; (iv) eventos; (v) prestação de serviços. Na concepção das atividades foi considerada a articulação com as atividades de ensino e pesquisa.

Desta forma, as ações extensionistas dos componentes curriculares do Quadro 10 tanto podem ser desenvolvidas em projetos e programas institucionais, como vinculadas a programas de cunho governamental de qualquer esfera, a serem desenvolvidos por meio de parcerias e convênios. Deve-se ressaltar que as ações extensionistas podem promover o diálogo entre diferentes cursos de graduação da instituição e até mesmo projetos institucionais ou programas institucionais contínuos que reúnam todos os cursos em torno de um mesmo tema geral, promovendo a interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

As normas específicas das Atividades Curriculares de Extensão foram elaboradas pelo Colegiado do curso e estão disponíveis para consulta na página do curso. A Figura 1 apresenta o fluxo da curricularização da extensão.

As Atividades Curriculares de Extensão serão ofertadas e coordenadas por docentes da UFU, sendo a gestão e a atribuição de carga horária aos docentes competência da Unidade Acadêmica do curso. Esses componentes curriculares, como qualquer outro componente do currículo, terão docente responsável e respectivo Diário de Classe. O diário é de responsabilidade do docente e é a base legal para se verificar a execução didática da ação.

O Sistema de Registro e Informação da Extensão (SIEX) é a base auditável do assentamento da ação de extensão, ou seja, toda a atividade institucional deve ser, previamente, registrada. O docente do componente curricular “Atividades Curriculares de Extensão” deve fazer o registro da ação no sistema que possui fluxo estabelecido e validação da ação pela Coordenação de Extensão da Unidade Acadêmica. Os estudantes participantes da ação também devem ser inseridos no registro do SIEX para efeito de emissão de declarações e/ou certificados.

O estudante somente poderá solicitar aproveitamento de carga horária curricular de extensão em atividades devidamente registradas no SIEX. A solicitação de aproveitamento curricular não desobriga o estudante a realizar a matrícula na ACE.



Figura 1. Fluxo de curricularização da extensão.

Para convalidação de carga horária (parcial ou total), o estudante apresentará a proposta do trabalho em execução ou executado e o registro da ação no SIEX para avaliação de sua aderência ao Projeto Pedagógico do Curso que será realizada pelo docente responsável pela ACE. A Coordenação de Extensão validará a ação de extensão realizada pelo estudante em outra Instituição e emitirá “Atestado” que deverá ser apresentado pelo estudante ao docente responsável pela ACE. As normas específicas serão emitidas pelo Colegiado de Curso.

O aproveitamento das atividades de extensão realizadas pelos estudantes em programas institucionais e interinstitucionais será avaliado pelo Colegiado de curso. Os critérios de avaliação das ACE serão definidos por normas específicas do curso. O docente responsável pela ACE deverá apresentar no Plano de Ensino a definição clara dos critérios de avaliação e das modalidades de operacionalização. O formato de registro de avaliação no sistema acadêmico a ser adotado pelo Curso será baseado nos conceitos de Aprovado e Reprovado.

8.10 Conteúdo de nivelamento

Para contribuir como reforço de conteúdos básicos para os estudos quantitativos, será ofertado ao estudante um curso de extensão de 40h em matemática básica, de nome Raciocínio Quantitativo. Esse conteúdo reforça os estudos realizados no 2º grau, mas não integra a matriz curricular, sendo opção do aluno aderir a ele.

Representação Gráfica do Perfil de Formação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA																													
1° P			2° P			3° P			4° P			5° P			6° P			7° P			8° P								
Teor	Prát	Total	Teor	Prát	Total	Teor	Prát	Total	Teor	Prát	Total	Teor	Prát	Total	Teor	Prát	Total	Teor	Prát	Total	Teor	Prát	Total	Teor	Prát	Total			
1 Cidadania e Direitos Sociais no Brasil		30	9 Administração Pública		30	17 Administração Pública Brasileira		30	27 Decisão e Informação no Gestão Pública		60	36 Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais		60	45 Análise e Avaliação de Políticas Públicas		60	54 Auditoria e Controladoria		60	63 Cooperação Internacional		60						
2 Ciência Política		30	10 Contabilidade Geral		60	18 Contabilidade Aplicada ao Setor Público		60	28 Direito Administrativo		60	37 Economia Brasileira		60	46 Estágio Curricular Supervisionado II		60	55 Cultura, Diversidade e Mudança Organizacional		30	64 Empreendedorismo Governamental		30						
3 Filosofia e Ética		60	11 Corrupção, Democracia e Interesse Público		30	19 Economia Solidária e Políticas Públicas de Trabalho e Renda		30	29 Câmaras e Políticas Públicas		30	38 Estágio Curricular Supervisionado I		60	47 Gestão de Projetos Públicos		60	56 Estágio Curricular Supervisionado III		60	65 Gestão Ambiental e Sustentabilidade		60						
4 Introdução à Economia		60	12 Instituições de Direito Público e Privado		60	20 Estatística Aplicada à Administração		60	30 Optativa II***		30	39 Estratégias nas Organizações Públicas		60	48 Gestão em Saúde no Setor Público		30	57 Gestão da Qualidade no Setor Público		30	66 Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública		30						
5 Introdução à Educação a Distância		30	13 Macroeconomia		60	21 Gestão Social e Participação Popular		60	31 Metodologia de Estado e de Pesquisa em Administração		60	40 Gestão de Pessoas no Setor Público		60	49 Licitação, Contratos e Convênios		60	58 Inovação na Administração Pública		60	67 Optativa III***		30						
6 Métodos e Técnicas de Estudos		30	14 Matemática para Administradores		60	22 Matemática Financeira		30	32 Organização, Sistemas e Métodos		60	41 Gestão do Conhecimento		60	50 Orçamento Público		60	59 Negociação e Arbitragem		60	68 Responsabilidade Social e Terceiro Setor		60						
7 Psicologia Organizacional		60	15 Sociologia Organizacional		60	23 Optativa I***		30	33 Planejamento Governamental		60	42 Atividades Curriculares de Extensão: Governo Estadual		00	51 Políticas Públicas		60	60 Regulação de Serviços Públicos		30	69 Trabalho de Conclusão de Curso II		60						
8 Teorias da Administração		60	16 Atividades Curriculares de Extensão: Administração Pública		00	24 Teoria das Finanças Públicas		60	34 Atividades Curriculares de Extensão: Decisão e Informação no Gestão Pública		00	43 Atividades Curriculares de Extensão: Economia Brasileira		00	52 Atividades Curriculares de Extensão: Gestão de Projetos Públicos		00	61 Trabalho de Conclusão de Curso I		60									
						25 Atividades Curriculares de Extensão: Administração Pública Brasileira		00	35 Atividades Curriculares de Extensão: Planejamento Governamental		00	44 Atividades Curriculares de Extensão: Gestão de Pessoas no Setor Público		00	53 Atividades Curriculares de Extensão: Análise e Avaliação de Políticas Públicas		00	62 Atividades Curriculares de Extensão: Inovação na Administração Pública		00									
						26 Atividades Curriculares de Extensão: Gestão Social e Participação Popular		00																					

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS***

Direito e Legislação Tributária*** 30 00 30	Marketing e Sociedade*** 30 00 30
Gestão de Operações e Logística*** 30 00 30	Redação Oficial*** 30 00 30
Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)*** 30 00 30	Tópicos Especiais de Gestão Municipal*** 30 00 30

OBS.: * O Enade é componente curricular obrigatório, conforme Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004 (Sinaes). **As Atividades Acadêmicas Complementares serão desenvolvidas ao longo do curso e o discente deverá cursar, no mínimo, 120 horas. *** O aluno deverá integralizar, no mínimo, 90 horas em componentes curriculares optativos que deverão ser cursadas nos períodos indicados no Fluxo Curricular - 3º período, 4º período e 8º período. ****O aluno deverá integralizar no mínimo, 330 horas em Atividades Curriculares de Extensão.

8.11 Equivalências entre componentes curriculares para aproveitamento de estudos

Como o curso de Administração Pública, na modalidade a distância, tem oferta de turma única, não haverá migração curricular e as equivalências, para fim de otimização, serão apresentadas em momento oportuno depois de avaliadas pelo Colegiado do curso.

8.12 Internacionalização na graduação

A Universidade Federal de Uberlândia, UFU, preocupa-se com a internacionalização de cursos de graduação e de pós-graduação fomentando acordos e parcerias internacionais e objetivando a inserção de estudantes brasileiros em diversas instituições superiores, especialmente na Europa, no Canadá e nos Estados Unidos da América. Atualmente, a Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais da Universidade Federal de Uberlândia (DRII/UFU) gerencia programas de interesse da instituição, tendo alcançado expressivos resultados concernentes ao fluxo de intercâmbio de professores pesquisadores e de estudantes dos níveis de graduação e de pós-graduação.

A DRII/UFU é responsável pelo desenvolvimento e implementação de políticas e planos de internacionalização e pela articulação, acompanhamento e apoio às ações de mobilidade acadêmica internacional. A DRII responde, ainda, pelos Acordos de Cooperação Bilateral e de Duplo Diploma com instituições estrangeiras e representa a UFU em eventos, instituições e organismos internacionais. Por intermédio da DRII/UFU, o(a) estudante da UFU tem a oportunidade de vivenciar um diferente sistema educacional e uma outra ótica da formação universitária, além de poder interagir com estudantes de cultura diversa.

A UFU promove a formação de profissionais qualificados e preparados para enfrentar os desafios da internacionalização da vida econômica e social, bem como formar profissionais que se dediquem à formulação e à implementação de políticas e decisões de atores públicos na área de Administração Pública.

Nesse sentido, a Universidade Federal de Uberlândia, por meio da Diretoria de Relações Internacionais e Interinstitucionais (DRII/UFU), vem implementando esforços objetivando a intensificação do processo de internacionalização do curso de graduação em Administração através da ampliação dos convênios com instituições renomadas do exterior e estímulo à participação de estudantes em disciplinas oferecidas por instituições conveniadas.

Dentre as principais estratégias desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia com vistas à internacionalização, destacam-se as seguintes:

- Estabelecer relações com instituições internacionais, buscando e divulgando oportunidades para a comunidade acadêmica da UFU;
- Recepção de delegações estrangeiras;
- Representar institucionalmente a UFU no Brasil e no exterior;
- Viabilizar os acordos de cooperação acadêmica entre a UFU e as instituições internacionais;

- Viabilizar e promover a mobilidade acadêmica internacional para estudantes da UFU; e
- Acolher estudantes internacionais em mobilidade acadêmica na UFU oferecendo suporte e informações sobre o funcionamento da instituição quanto aos procedimentos administrativos.

9. DIRETRIZES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO DO ENSINO

A proposta metodológica adotada neste curso deverá considerar as seguintes diretrizes:

- a) Nortear a concepção, criação e produção dos materiais didáticos, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes, hoje reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, práticas e fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais, ligadas ao convívio ético e responsável;
- b) Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e criatividade;
- c) Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos públicos-alvo, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- d) Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários;
- e) Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação como informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o fim de resolvê-los, para estimular e orientar a autoavaliação;
- f) Desenvolver o uso educacional e integrado dos meios de comunicação, buscando formas didáticas, apropriadas às peculiaridades e à linguagem de cada um, que são indicadores básicos para se encontrar a melhor complementaridade, entre aqueles;
- g) Buscar a disponibilidade de sistemas de comunicação interpessoal (tutoria) que apoiem o trabalho dos públicos-alvo sobre os materiais adotados;
- h) Desenvolver linhas de pesquisa e avaliação planejadas e integradas, que permitam apreciar, consistentemente, todas as dimensões educacionais, implicadas no curso.

Estamos vivendo um período histórico de “crise”, de “transição”, cujos modelos e paradigmas tradicionais de compreensão e explicação da realidade estão sendo revistos enquanto outros estão emergindo. As teorias clássicas no campo da educação e da Administração não dão mais conta da complexidade dos fenômenos contemporâneos e, especificamente, das práticas no campo dos processos de ensinar e aprender e da Administração Pública.

Os atuais paradigmas educacionais falam da necessidade da participação, da construção do conhecimento, da autonomia de aprendizagem, de currículo aberto, de redes de conhecimentos, da interconectividade dos problemas e das relações. No campo da Administração, fala-se de proatividade, de *empowerment*, de gestão do conhecimento, de ética, de responsabilidade social, de inclusão, de “Estado Necessário”, entre outros.

A EaD, nesse sentido, oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino, a aprendizagem e os processos formativos profissionais. Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino-aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: da equipe que concebeu e construiu o PPC aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal projeto; de quem vai conceber e elaborar o material didático até quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor); do autor ao tecnólogo educacional (instrucional designer); do editor ao artista gráfico (web designer) etc. Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem essa nova visão da organização do trabalho pedagógico.

A educação a distância que, paradoxalmente, impõe interlocução permanente e, assim, proximidade pelo diálogo, traz a possibilidade de adoção de um tempo oposto à lógica do tempo da modernidade, em direção a um tempo da escola que permita, acompanhando Passos (1998, p.458), “a desconstituição da seriação, o que implicaria a dispensa de classificações, o fim do etapismo, da hierarquia, da pressuposta superioridade intrínseca de um tempo único que, negando alteridades, se põe como o melhor”.

Considerando a posição de privilegiar sempre o processo educacional, será descrita a seguir, a metodologia empregada para este curso, levando em conta as particularidades da UFU, no que diz respeito ao emprego dos meios para a EaD.

Para tanto, é imprescindível a organização de uma estrutura física, pedagógica e acadêmica na UFU, com as garantias de:

- Manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes áreas do saber que compõem o curso;
- Designação de coordenadores que se responsabilizarão pelo acompanhamento do curso tanto administrativo, como pedagógico;
- Manutenção de núcleos tecnológicos que ofereçam suporte para a rede comunicacional prevista para o curso;
- Organização de um sistema comunicacional com os polos regionais;
- Formação permanente da equipe de gestão do curso.
-

9.1 Espaço físico

Para a implantação do curso de Administração Pública na UFU, a FAGEN disponibilizou as salas 238, 240 e 244 do bloco F, do campus Santa Mônica, equipadas com mobiliário, computador e impressora para apoio às atividades de coordenação do projeto. Tutores e professores utilizarão os laboratórios de informática do CEaD.

O projeto contará, ainda, com o suporte dos Polos presenciais, que são unidades descentralizadas, com infraestrutura física, tecnológica e pedagógica, que oferecem apoio presencial para que os alunos possam acompanhar os cursos a distância. Os polos são mantidos, em cada município, pelos respectivos governos municipais e/ou estaduais, de acordo com condições estabelecidas em convênios celebrados entre a UAB e esses poderes públicos – que se responsabilizam inclusive pela designação dos coordenadores.

Quadro 11 – Coordenadores dos Polos UAB

POLO	ATUAIS COORDENADORES UAB
ARAGUARI (MG)	Márcia Hiromi Sakai Vidal
ITUIUTABA (MG)	Luzia Aparecida Alves Rezende
PATOS DE MINAS (MG)	Maria Lúcia Ferreira Braga
UBERABA (MG)	Luiz Henrique Araujo
UBERLÂNDIA (MG)	Sandra Gonçalves Vilas Bôas

9.2 Seleção e formação de tutores

Os tutores serão selecionados preferencialmente por processo regulado por edital ou chamada pública e nas seguintes condições, de acordo com a lei de bolsas do FNDE:

- ter formação mínima em nível superior preferencialmente em áreas da Administração ou afins;
- experiência mínima de 1 (um) ano no exercício do magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação em áreas da Administração ou afins, preferencialmente;
- ter disponibilidade para se dedicar às atividades inerentes a orientação acadêmica e, inclusive, de deslocamento aos polos;
- ter facilidade de comunicação oral e escrita;
- ter os conhecimentos necessários de informática para o desempenho da tutoria;
- participar de cursos de formação.

Uma das etapas obrigatórias do processo seletivo será a participação do candidato no Curso de Formação de Tutores para a Educação a Distância, oferecido pelo CEaD/UFU, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas, distribuídas entre aulas presenciais e a distância ministradas pela plataforma *moodle*.

Os candidatos a tutores que não obtiverem aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) ou que não completarem o curso de formação serão eliminados do processo seletivo. Todos que completarem o curso com aproveitamento receberão certificados emitidos pela UFU.

9.3 Estratégias de ensino e aprendizagem

O trabalho do professor formador, ao organizar o material didático básico para a orientação do aluno, deve contribuir para que todos questionem aquilo que julgam saber e, principalmente, para que questionem os princípios subjacentes a este saber. Neste sentido, a relação teoria-prática se coloca como imperativo no tratamento do conteúdo selecionado para o curso e a relação intersubjetiva, dialógica professor/aluno - mediada por textos e outros recursos - se torna fundamental.

O apoio e o acompanhamento ao estudante dar-se-ão de forma direta e mais constante pela ação dos tutores. Por meio da tutoria, é possível garantir o processo de interlocução necessário ao projeto educativo, cada estudante receberá retorno individualizado sobre o seu desempenho, bem como orientações e trocas de informações complementares, relativas aos conteúdos abordados nos exercícios desenvolvidos, principalmente, àqueles que tenham sido respondidos de forma incorreta, propiciando-se novas elaborações e encaminhamentos de reavaliação.

O estudo a distância será realizado pelo estudante por meio de leituras individuais e coletivas, da sua participação nas webconferências, na interação em fóruns e *chats* e, também, pela realização de atividades, individuais e coletivas.

Para garantir um processo de interlocução permanente e dinâmico, a tutoria utilizará não só a rede comunicacional viabilizada pela internet, mas também outros meios de comunicação como o telefone, o telefax e os correios, que permitirão a todos os alunos, independente de suas condições de acesso ao polo de apoio presencial, contar com suporte e informações relativas ao curso.

Os recursos da internet serão empregados para disseminar informações sobre o curso, abrigar funções de apoio ao estudo, proporcionar acesso ao correio eletrônico, fóruns e *chats*, além de trabalhos cooperativos entre os aprendizes. O *Ambiente Virtual de Aprendizagem* será organizado, na plataforma *Moodle*, especificamente para este curso. Toda a comunicação e divulgação contará com o auxílio da internet e do telefone (34) 3230-9502.

9.4 Encontros presenciais

Os encontros presenciais (EPs) serão motivos de amplo planejamento envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas, incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas e atividades de extensão desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica, devendo, essa prática, ser amplamente incentivada junto à comunidade acadêmica por parte de todos os atores envolvidos no processo

No desenvolvimento do curso, serão realizados nos polos, no mínimo, 2 (dois) encontros presenciais por semestre, A carga horária dos encontros presenciais será de no mínimo 16 (dezesesseis) horas em cada semestre.

Os momentos presenciais, ao final dos semestres letivos, poderão permitir também atividades culturais e de socialização entre estudantes, professores e tutores.

9.5 Recursos educacionais

A proposta de estruturação dos materiais didáticos tem como base o princípio de que são recursos utilizados por todos os envolvidos no processo educacional. Em se tratando deste curso a distância, os materiais se transformam em importantes canais de comunicação entre estudantes, professores, tutores, a partir das diretrizes e princípios da proposta político-pedagógica do curso. Por isso, a necessidade de serem dimensionados, respeitando as especificidades inerentes à realidade de acesso do público-alvo a esta modalidade de educação. Como bem observa Santos (1999, p. 21)

O material didático, qualquer que seja a sua natureza, é desprovido de um sentido próprio. Seu uso racional e estratégico depende da formatação, de uma contextualização prévia por parte do formador, que deve determinar o momento e a intensidade de seu emprego, os objetivos e as metas a serem atingidas, quantificar e qualificar o seu uso. Em se tratando de um meio impresso (...), um meio audiovisual (...), de um recurso natural (...) ou de um recurso construído (...), o papel do material didático é sempre relacionado com o apoio, a mediação pedagógica e com o instrumento para instigar aprendizagens, permitindo que o aluno opere em níveis afetivos, cognitivos e metacognitivos. Efetivamente, o material didático bem selecionado e/ou concebido deve valorizar conhecimentos já detidos pelo aluno, proporcionar espaços para a construção de conhecimentos novos e permitir que ele interrelacione conhecimentos, abstraindo-os”.

Por tudo isso, a competência profissional para desenvolver materiais para EaD exige a inclusão e o trabalho conjunto e integrado do professor, do especialista em EaD e do criador/produtor dos materiais, ou seja, de uma equipe multidisciplinar. Os materiais didáticos que serão utilizados no curso de Administração Pública são:

a) Livro-Texto

A estruturação do material impresso tem como objetivo superar a convencional tradição expositivo-descritiva e levar tanto o estudante quanto o professor a construir, juntos, o conhecimento. Essa abordagem significa ir além do domínio de técnicas, tendo em vista que docente é um profissional de quem se exige muito mais do que apenas seguir guias e diretrizes, normas e formas, como moldura para sua ação, pois a partir do momento em que se assume como o protagonista de seu trabalho, passa a produzir certa mudança de perspectiva com relação à atividade da qual é responsável.

É importante, dessa forma, que os materiais didáticos estejam integrados. Livros adotados, por exemplo, devem relacionar o conteúdo com o ambiente *online* e com a temática das webconferências. Esta indicação motiva o estudante a utilizar todos os recursos disponíveis no curso.

Num projeto que se caracterize como formativo, comprometido com o processo de ensino/aprendizagem, como é o caso deste curso, o livro-texto assume a função de base do sistema de multimeios. Não porque seja “o mais importante” ou porque os demais sejam prescindíveis, mas porque ele é o elemento de comunicação palpável e permanente, no sentido de pertencer ao seu usuário, mantendo-se à sua total disposição onde e quando ele quiser.

É o livro-texto, então, o principal interlocutor permanente nesse processo. Será, principalmente, por meio dele que o aluno desenvolverá seus estudos. Pela natureza de sua linguagem, o livro-texto não “invade” o sujeito. Bem ao contrário, é o sujeito que deve “invadi-lo”, explorá-lo, desvendá-lo - a seu modo, segundo seu ritmo, de acordo com seus interesses e necessidades. Somente deste modo, haverá uma apropriação consciente da programação, respeitadas as personalidades e diferenças individuais de cada sujeito.

Sendo assim, destaca-se que os fascículos foram elaborados por professores das Instituição Pública de Ensino Superior (IPES) e produzidos em função do programa e objetivos da disciplina. Para cada disciplina existe um fascículo, sendo a equipe editorial do Fórum dos Coordenadores de Administração Pública da UAB responsável pela concepção, elaboração e definição de conteúdos mais significativos em cada disciplina. A CAPES e o FNDE financiaram essas produções, bem como financiarão sua distribuição gratuita aos alunos.

A produção dos materiais seguiu as seguintes etapas:

- Elaboração das orientações;
- Formação dos autores por meio de oficinas;
- Produção de texto pelos autores;
- Adaptação metodológica para EaD;
- Aplicação do projeto gráfico;
- Aprovação do professor;
- Diagramação;
- Correção;
- Aprovação pela comissão editorial;
- Produção e distribuição.

Os materiais contemplam o conteúdo teórico básico elaborado pelo professor responsável. Gráficos, esquemas, figuras, indicações bibliográficas obrigatórias e complementares, sugestões de atividades, hipertextos explicativos e para reflexão, estarão presentes no material a ser produzido, conferindo-lhe caráter didático. O conteúdo das disciplinas estará disponível em arquivos pdf e *on line* no ambiente Moodle.

Os aprendizes poderão, também, ter acesso a livros-textos indicados pelo professor da disciplina. Em cada polo de apoio presencial, haverá uma biblioteca para acesso dos aprendizes aos livros-textos indicados. Além dos fascículos, os aprendizes receberão indicações de leituras obrigatórias e complementares para a realização das tarefas, das atividades de pesquisa e preparação dos seminários temáticos.

Para alcançar a contextualização dos conceitos, serão recomendados artigos recentes de jornais e de revistas da área de negócios e de áreas relacionadas ao currículo do curso, considerados relevantes na formação profissional. Será também recomendada, como elementos componentes da dinâmica curricular do curso, a utilização de vídeos e filmes, como meios que ampliem as possibilidades de compreensão e aprofundamento dos conteúdos trabalhados, visando uma formação crítica do cidadão.

As apresentações orais serão utilizadas nos encontros presenciais, momento que os aprendizes terão a oportunidade de mostrarem o nível de apropriação dos conteúdos em seminários, oficinas e palestras, entre outras modalidades de apresentação.

Os hipertextos, textos produzidos por alunos e aprovados pelo professor, artigos, e outros tipos de textos, poderão ser disponibilizados no acervo do curso pelos tutores.

b) Videoapresentação de conteúdos

A videoapresentação possibilita ao estudante uma visão introdutória sobre o conteúdo de cada unidade da área de conhecimento como meio para que o aprendiz se situe sobre os temas relevantes da disciplina. Será gravada, pelo professor, uma apresentação para cada unidade do fascículo e, se necessário, poderá haver uma gravação para duas unidades do fascículo. A duração média das apresentações é de 30 (trinta) minutos. As apresentações gravadas serão disponibilizadas no servidor da UFU para acesso remoto. Os links para os arquivos das apresentações serão inseridos no ambiente virtual de aprendizagem (moodle). Para evitar problemas de estabilidade ou de conexão, sugeriremos um roteiro de baixa (*download*) destes arquivos no computador pessoal do aluno.

c) Webconferências

A webconferência permite a interação entre os estudantes situados na mesma sala remota, em intersalas e com o professor. No decorrer das disciplinas, será o meio utilizado para as atividades síncronas desenvolvidas pelos professores formadores. Os tutores também usarão esse recurso para comunicação. Além disso, por meio de webconferências os alunos poderão ter acesso a palestras e participar, mesmo a distância, dos seminários desenvolvidos pela Universidade, proporcionando interação e acesso aos conteúdos e pesquisas mais recentes.

d) Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle)

Possibilita aos participantes dispor de uma ampla variedade de recursos que visam criar um ambiente colaborativo entre estudantes, professores, tutores, coordenadores e demais gestores. Para este curso, o ambiente foi planejado com o objetivo de oferecer apoio ao conteúdo impresso permitindo que, no conteúdo *online*, o estudante possa fazer uma leitura hipertextual e multimídia sempre que o professor assim julgar necessário. A programação do ambiente permitirá que cada tipo de usuário possa acessar de forma independente os conteúdos, incluindo textos, *links*, imagens, sons etc., de acordo com a forma de comunicação estabelecida. Os usuários cadastrados serão professores, tutores, coordenadores, colaboradores, aluno, estagiários e o administrador. Cada usuário terá um login e uma senha.

e) Registro de atividades

Trata-se de um espaço, também *on line*, no qual tutor e estudante mantêm contato permanente durante todo o curso. Neste espaço, o estudante pode enviar suas atividades de avaliação, questionamentos, opiniões e acompanhar o histórico de suas interações com o tutor da turma. O histórico estará integrado ao Sistema de Apoio e de Acompanhamento ao Estudante a Distância no *Moodle*.

f) Fórum

Trata-se de um espaço de comunicação permanente, onde professor, tutor e estudante podem trocar ideias a partir de temas previamente agendados.

g) Chat

Espaço virtual, por meio do qual o estudante poderá se comunicar com o tutor em tempo real, durante horários pré-estabelecidos.

10. ATENÇÃO AO ESTUDANTE

Os(as) discentes da Universidade Federal de Uberlândia têm à sua disposição diversas atividades acadêmicas e são constantemente estimulados a participar de atividades extracurriculares. Algumas atividades sob coordenação geral da UFU estão descritas no Guia Acadêmico, editado e disponibilizado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD).

O(a)discente conta também com a atuação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAE), um órgão da administração superior que tem como missão contribuir com o acesso, a permanência e a conclusão de curso da comunidade estudantil, na Universidade Federal de Uberlândia, por meio da implementação da Política de Assistência Estudantil, voltada para inclusão social, produção de conhecimentos, formação ampliada, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, garantindo o direito à educação aos(as) discentes. Atua, entre outras, nas áreas de esporte e lazer, moradia, alimentação, acessibilidade, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, creche, apoio pedagógico e combate às discriminações de gênero, de diversidade sexual e étnico-raciais.

A UFU dispõe, ainda, da Divisão de Ensino, Pesquisa, Extensão e Atendimento em Educação Especial (DEPAE), um centro de ensino, pesquisa e extensão, cujas ações estão voltadas para o desenvolvimento de projetos na área da Educação Especial. O DEPAE colabora na inclusão de alunos com Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Transtornos do Espectro do Autismo (TEA) e possui intérpretes para os serviços de tradução e interpretação de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), bem como profissionais e ferramentas próprios para acessibilidade de portadores de deficiências física, visual, intelectual e auditiva/surdez. Assim, os alunos do curso que apresentarem necessidades especiais serão atendidos pela DEPAE.

A Faculdade de Gestão e Negócios (FAGEN), por sua vez, coordena algumas atividades específicas. Várias ações são implementadas de forma a permitir que o(a) discente, segundo suas aptidões e interesses, possa participar de atividades extra sala de aula. Algumas dessas atividades são:

a) Iniciação Científica

A Iniciação Científica tem como objetivo iniciar o(a) discente na produção do conhecimento e permitir a sua convivência cotidiana com o procedimento científico. É uma atividade que permite a integração da graduação com a pós-graduação na Universidade. Programas de Iniciação Científica com apoio de Órgãos de Fomento à pesquisa, tais como o CNPq, FAPEMIG e a própria Universidade Federal de Uberlândia, permitem que o(a) discente receba uma bolsa de estudos para o desenvolvimento dos trabalhos.

b) Monitoria

A UFU mantém um programa de monitorias em disciplinas dos cursos de graduação. Como nos outros cursos, o Curso de Graduação em Administração Pública também utiliza esses monitores para atender aos discentes na resolução de exercícios e dirimir dúvidas sobre as matérias. O monitor deve dedicar 12 (doze) horas semanais de atendimento aos(as) discentes. Atualmente, o curso conta com 2 (duas) bolsas para monitoria, mas os(as) discentes também podem optar por exercer a monitoria de forma voluntária.

c) Encontro de Gestão e Negócios – EGEN

Bi anualmente, a Faculdade de Gestão e Negócios organiza o Encontro de Gestão e Negócios. O EGEN é um evento para debate científico, divulgação de pesquisas e práticas empresariais, integração entre a graduação e pós-graduação dos cursos de Gestão e Negócios, facilitando a discussão de ideias, disseminação de experiências e informações sobre os campos de conhecimento em inovação, tecnologia e gestão. O encontro é uma realização em parceria com outras instituições de ensino superior, empresas, entidades governamentais e órgãos de fomento.

d) Núcleos de Pesquisa

Os Núcleos de Pesquisa da FAGEN se caracterizam como grupos de pesquisadores(as), discentes, técnicos(as) administrativos(as) e membros da comunidade externos à faculdade, com proposta de investigação conjunta. Atualmente, há dez núcleos em funcionamento:

- Núcleo de Estudos e Pesquisas em Finanças;
- Núcleo de Gestão do Esporte e do Entretenimento;
- Núcleo de Estudos Aplicados à Gestão Integrada de Operações;
- Núcleo de Pesquisa de Gestão em Saúde;
- Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento em Tecnologia Assistiva;
- Núcleo de Pesquisa e Extensão em Gestão e Políticas Públicas;
- Núcleo de Pesquisa em Empreendedorismo Social;
- Núcleo de Pesquisa em Estudos Organizacionais, Culturas e Sociedades;
- Núcleo de Pesquisa em Gestão e Estratégia Organizacional
- Núcleo de Pesquisa em Gestão Estratégica de Pessoas.

e) Associação Atlética

A Associação Atlética Acadêmica Monetária é uma instituição esportiva que visa a integração entre os(as) discentes dos cursos de Administração, Administração Pública, Economia, Gestão da Informação e Relações Internacionais. Além disso, oferece oportunidades de desenvolvimento intelectual, físico e social, além de organizar e convocar discentes para participar de competições universitárias e olímpicas.

f) Extensão

A FAGEN conta com diversos projetos e programas de extensão voltados para causas sociais e ambientais, atividades que incentivam o pensamento crítico e lógico e, sobretudo, a autonomia dos(as) discentes.

g) Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários – Cieps

O Cieps é uma incubadora vinculada à Pró-Reitora de Extensão e Cultura (PROEXC), que assessora coletivos populares (grupos informais, associações e cooperativas) que desejam organizar iniciativas produtivas a partir dos princípios da Economia Popular Solidária. A incubadora organiza e fomenta projetos coordenados com políticas públicas de geração de trabalho e renda, gestão de resíduos sólidos, soberania e segurança alimentar e nutricional, populações e saberes tradicionais, agricultura familiar e agroecologia, e articula ações de extensão indissociadas do ensino e da pesquisa para aproximar a sociedade dos saberes da universidade. Assim, é um espaço importante de articulação para os discentes do curso de Administração Pública.

h) Acreditação PRME

Em compromisso com o atendimento da Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a FAGEN participa ativamente do Principles of Responsible Management Education - Princípios para Educação em Gestão Responsável (PRME) como escola de negócios credenciada. Trata-se de uma rede de escolas de negócios para estímulo da educação voltada à sustentabilidade. Lançado em 2007 durante a Cúpula de Líderes do Pacto Global da ONU em Genebra, o PRME se tornou a maior rede organizada entre as Nações Unidas e escolas de negócios. A missão do PRME é transformar o ensino de negócios e gestão, pesquisa e liderança de pensamento globalmente, promovendo a conscientização sobre os ODS e desenvolvendo os líderes empresariais responsáveis de amanhã. A iniciativa conta com mais de 650 instituições de ensino superior relacionadas a negócios e gestão em 85 países. O PRME é regido, em conjunto com o Pacto Global da ONU, por um Comitê Diretivo composto pelos principais organismos de acreditação, associações especializadas e regionais (UNPRME, 2020).

O curso de Administração Pública da FAGEN/UFU está comprometido em contribuir significativamente para a Agenda 2030 da ONU, alinhando-se especificamente a diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Abaixo, destacamos os ODS com os quais o curso se identifica:

ODS 4 - Educação de Qualidade: implementação de metodologias inovadoras e práticas de ensino que promovem uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos os estudantes, visando à formação de profissionais altamente capacitados na área de Administração Pública.

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico: fomento ao desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a gestão pública eficiente e eficaz, preparando os discentes para contribuir para o crescimento econômico sustentável e para a promoção de empregos decentes.

ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes: estímulo à compreensão e aplicação de princípios éticos na administração pública, promovendo a transparência, responsabilidade e eficácia nas instituições governamentais.

ODS 11 - O curso de Administração Pública EaD da FAGEN-UFU confirma a importância crucial do ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis, alinhando-se aos princípios da Agenda 2030 da ONU para promover um planejamento urbano sustentável, uma governança participativa e um desenvolvimento urbano inclusivo, seguro, resiliente e sustentável.

ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação: promoção de parcerias estratégicas com organizações governamentais, não governamentais e setor privado, incentivando a colaboração para alcançar os objetivos comuns de desenvolvimento sustentável.

Ações para Atendimento da Agenda 2030 da ONU:

Para efetivamente cumprir esses compromissos, o curso implementará as seguintes ações:

- Integração Curricular: inclusão transversal dos princípios dos ODS nas disciplinas do curso, garantindo que os estudantes compreendam e incorporem esses princípios em sua prática profissional.
- Projetos de Extensão e Pesquisas: estímulo à realização de projetos de extensão e pesquisas que abordem desafios específicos relacionados aos ODS na esfera da Administração Pública, proporcionando soluções inovadoras e sustentáveis.
- Participação em Iniciativas Sustentáveis: incentivo à participação ativa dos estudantes em iniciativas locais, regionais e globais voltadas para a promoção dos ODS, criando oportunidades de aprendizado prático e comprometimento com a sociedade.
- Formação de Líderes Responsáveis: desenvolvimento de programas de formação que enfatizem a responsabilidade social e ética, capacitando os estudantes a se tornarem líderes responsáveis e comprometidos com o desenvolvimento sustentável.

Ao adotar essas medidas, o curso de Administração Pública da FAGEN-UFU busca não apenas formar profissionais qualificados, mas também agentes de mudança comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

10.1 Acompanhamento do aprendizado

Em relação ao acompanhamento e a mediação do processo de aprendizagem dos alunos do curso de Administração Pública, será formada uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais com formação em diversas áreas do conhecimento, exercendo diferentes funções:

Quadro 12 – Equipe de coordenação do curso de Administração Pública

Função	Quantidade
Coordenador geral	01
Coordenador pedagógico	01
Coordenador de tutores	01
Professores Regentes	40
Tutores	13

Coordenador geral

Responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação de todo o processo de execução do curso, com as principais funções de:

- articular e viabilizar o trabalho da coordenação pedagógica do curso;
- manter contatos com as instituições envolvidas no projeto, nos diferentes níveis, como UFU, MEC e Agências Financiadoras;
- elaborar, com base nas informações da coordenação pedagógica, relatórios parciais e gerais sobre o projeto;
- promover a divulgação do projeto;
- responsabilizar-se pelo processo de seleção dos recursos humanos que irão atuar no projeto, empregando preferencialmente editais e chamadas públicas.

Coordenador pedagógico

Responsável pelo planejamento, organização e acompanhamento pedagógico do curso, com as principais atribuições de:

- coordenar, acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico e de orientação acadêmica desenvolvido nos polos;
- coordenar, acompanhar e avaliar o trabalho dos professores que atuam no curso;
- coordenar reuniões semanais para discussão e encaminhamento de questões ligadas ao curso;
- elaborar, com base nas informações dos tutores, relatórios semestrais sobre o desenvolvimento do curso;
- estimular e sugerir discussões periódicas sobre aspectos pedagógicos do curso;
- acompanhar a distribuição do material didático do curso;
- acompanhar o processo de avaliação do curso, em suas múltiplas dimensões.

Coordenador de Tutores

Trabalha diretamente com os tutores, coordenando e auxiliando-os nas atividades de rotina. Disponibiliza o *feedback* sobre o desenvolvimento do curso, buscando proporcionar a reflexão em equipe sobre os processos pedagógicos e

administrativos e, com isso, viabilizar novas estratégias de ensino-aprendizagem. Portanto, compete a este profissional da equipe:

- planejar o treinamento dos tutores sobre utilização do ambiente colaborativo de aprendizagem (Moodle);
- organizar a agenda semanal de atividades de aprendizagem;
- conduzir reuniões de trabalho semanais com os tutores;
- planejar e viabilizar sessões de treinamento, palestras, oficinas e outros eventos sobre temas relevantes de EaD para os tutores;
- agendar, programar e estruturar os encontros presenciais;
- participar de reuniões do colegiado do curso de Administração Pública, com a finalidade de propor ações contínuas de melhoria nos processos pedagógico e administrativo do curso.

Professores Formadores

Serão responsáveis pelas disciplinas de cada período do curso e estarão à disposição para esclarecimento de dúvidas de alunos e tutores, a partir de cronograma a ser estabelecido junto a cada docente. Cabe ao professor regente:

- ministrar, quando solicitado, a capacitação aos tutores, habilitando-os para atuar com competência no processo de mediação de aprendizagem a distância;
- propor temas para serem discutidos nos fóruns e chats;
- supervisionar os conteúdos de mensagens dos fóruns, reorientando os tutores quando for o caso;
- conduzir pelo menos um fórum e um chat de discussão como especialista;
- realizar pelo menos uma webconferência, com duração mínima de 30 (trinta) minutos, por solicitação da coordenação pedagógica;
- propor temas para pesquisa dentro do conteúdo programado pelo curso, que sirvam de estímulo para trabalhos nos Seminários Temáticos;
- elaborar entre 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) questões para auto-avaliação dos alunos, sendo de 5 (cinco) a 10 (dez) questões para cada objetivo de aprendizagem;
- elaborar listas com temas para composição de síntese informativas;
- compor, quando indicado, e participar de reuniões do Colegiado do curso.

Tutores

O Tutor cumpre o papel de mediador da aprendizagem nos conteúdos das disciplinas de cada período, esclarecendo dúvidas e reforçando a aprendizagem dos alunos. Cabe aos tutores:

- participar dos cursos, oficinas, seminários e reuniões para aprofundamento teórico relativo aos conteúdos trabalhados nas diferentes áreas e os ministrados por especialistas convidados pela coordenação pedagógica ou geral;

- conhecer e participar das discussões relativas à elaboração, revisão e uso de material didático;
- auxiliar o aluno em seu processo de estudo, orientando-o individualmente ou em pequenos grupos;
- estimular o aluno a ampliar seu processo de leitura, extrapolando o material didático;
- auxiliar o aluno nas suas dificuldades após sua auto-avaliação;
- detectar problemas dos alunos, buscando encaminhamentos de solução;
- estimular o aluno em momentos de dificuldades para que o mesmo seja bem-sucedido no curso;
- participar ativamente do processo de avaliação de aprendizagem;
- interagir e mediar sessões de chats e fóruns;
- oferecer retorno ao aluno no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas;
- sugerir o uso de materiais didáticos complementares ao coordenador e/ou professor;
- avaliar, com base nas dificuldades apontadas pelos alunos, os materiais didáticos utilizados no curso;
- apontar as falhas no sistema de tutoria;
- informar sobre a necessidade de apoios complementares não previstos pelo projeto;
- participar do processo de avaliação do curso;
- coordenar as atividades programadas para os encontros presenciais da sua turma.

Neste projeto, estima-se, por orientação da CAPES uma relação média Tutor/Alunos de 1:18.

Eventualmente, professores e tutores poderão contar com o apoio de alunos na função de monitores, contratados a partir das regras traçadas em resoluções do Conselho de Graduação (Resoluções 03/2002 e 03/2012).

O curso propõe-se também a nivelar os conteúdos de segundo grau, com o apoio de toda a equipe multidisciplinar acima descrita. Para contribuir como reforço de conteúdos básicos para os estudos quantitativos, será ofertado ao estudante um curso de extensão de 40h em matemática básica, de nome Raciocínio Quantitativo. Esse conteúdo reforça os estudos realizados no 2º grau, mas não integra a matriz curricular, sendo opção do aluno aderir a ele.

11. PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO CURSO

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisão relativo ao curso, destacam-se as avaliações da proposta curricular, da aprendizagem, do material didático, da tutoria e do sistema comunicacional da EaD. Neste projeto, é dado destaque para a avaliação da aprendizagem, uma vez que os outros aspectos são trabalhados em subprojetos específicos.

Será estabelecida uma rotina de observação, descrição e análise contínua da produção do aluno que, embora se expresse em produtos de diferentes níveis e em diferentes momentos, não deve alterar a condição processual das avaliações.

Em atendimento ao Decreto nº 5.622, de 19/12/2005, as avaliações ocorrerão de forma presencial, com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só a síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções. Essas questões, ou proposições, serão elaboradas pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento. As atividades virtuais também farão parte do processo avaliativo.

O processo de avaliação da aprendizagem do Curso de Administração Pública apoia-se em uma abordagem teoria-prática sem, contudo, perder de vista os aspectos políticos do processo de formação, inseridos no contexto teórico das disciplinas.

11.1 Critérios e estratégias de Avaliação

O sistema de avaliação da aprendizagem considerará as seguintes estratégias:

- Cada período abriga conteúdos que irão assegurar a consistência teórico-prática necessária à profissionalização do aprendiz;
- Será considerada a realização do conjunto das atividades extras ou complementares, isto é, de todas as atividades e trabalhos propostos que complementam os estudos e representam, no seu conjunto, aspectos essenciais a serem cumpridos no processo. Essas atividades complementares poderão ser virtuais (fóruns, *chats*, projetos individuais e em grupo, entre outros) ou presenciais, às quais serão atribuídos até 30,0 (trinta) pontos;
- As avaliações, sob a forma de sínteses, ao longo e ao final dos conteúdos, serão realizadas de forma individual ou em grupo, presencial e escrita, podendo ser realizadas com ou sem consulta aos materiais didáticos, a critério da coordenação do curso e do professor formados da disciplina. Esta avaliação é uma síntese individual ou grupal, que geralmente enfoca os temas que o estudante já conhece, já estudou ou sobre os quais já refletiu, à qual atribui-se o valor de 70,0 (setenta) pontos;

Será considerado aprovado na disciplina, o aluno com nota final igual ou maior que 60 (sessenta) pontos. Todas as avaliações parciais e finais presenciais, referentes às disciplinas que compõem o período, serão realizadas com a presença de tutores nos polos.

Em uma lógica formativa, o aluno terá o direito a ser reavaliado naqueles conteúdos nos quais não demonstrou nível de aprendizagem suficiente. O aprendiz terá direito a avaliação substitutiva, em situações previstas conforme as Normas da Graduação da UFU, cujo mérito será apreciado pelo coordenador do curso.

11.2 Critérios de avaliação das atividades de Fóruns e *chats*

A avaliação das atividades de fóruns e *chats* será efetuada de acordo com o nível de participação e de contribuições relevantes às discussões, adotando-se os seguintes critérios:

Quadro 13 – Critérios de avaliação

Avaliação (percentual da nota total)	Tipo de participação	Recomendações para melhoria de desempenho do aprendiz
10%	Passivo (só recebe as mensagens e não participa das discussões).	<ul style="list-style-type: none"> • O objetivo do fórum é aprender uns com os outros. Não tenha receio de críticas, <u>este não é o objetivo do Fórum.</u> • O fórum é uma conversa e como em toda conversa devemos procurar falar o que pensamos e refletir sobre o que os outros falam. Portanto, ler tudo que foi dito antes de manifestar-se por escrito é fundamental. • Fique atento às orientações quanto ao que será discutido e verifique se você realmente entendeu. • Leia os textos e materiais <i>on line</i> antes de participar. • Se estiver inseguro quanto ao que precisa ser discutido, fale com Orientador Acadêmico (O.A.) ou com colegas antes de participar. • Precisamos de sua participação. Seu silêncio deixa a conversa menos rica e você deixa de aprender um pouco mais. • Lembre-se: estudar a distância implica em formamos uma comunidade de aprendizagem, um grupo de pessoas interessadas e dispostas em aprender em colaboração. • Se considerar que tem dificuldades para escrever com objetividade e clareza, redija o texto e mostre para outras pessoas e, quando estiver seguro quanto ao que escreveu, poste no e-proinfo. • Estudar a distância não é, para nós, sinônimo de estudar sozinho. Participe do próximo fórum ativamente.
20%	Participação que não contribui para a discussão em pauta.	<ul style="list-style-type: none"> • Fique atento às orientações quanto ao que será discutido e verifique se você realmente entendeu. • Leia os textos e materiais <i>on line</i> antes de participar. • Se estiver inseguro quanto ao que precisa ser discutido, fale com O.A ou com colegas antes de participar. • O fórum é uma conversa e, como tal, devemos procurar falar o que pensamos e refletir sobre o que os outros falam. Portanto, ler tudo que foi dito antes é fundamental. Geralmente quem entra no meio da conversa sem se inteirar do assunto “pega o bonde andando ...”. • Procure ler seu texto imaginando que não seja seu e responda para si mesmo: este texto ajudou na compreensão do assunto? • Toda colaboração no fórum permite aprendizado, mas não podemos perder o foco da conversa sob pena de não aprendermos o necessário.
40%	Contribuição pontual, isolada (cita definições diversas, mas não articula sua posição).	<ul style="list-style-type: none"> • Fique atento às orientações quanto ao que será discutido e verifique se você realmente entendeu. • Uma das formas de articular nossas idéias é partilhar com outros. Explicar a nossa percepção das coisas torna nosso pensamento mais claro para nós mesmos. • Procure se perguntar antes de escrever no fórum: o que penso/acredito/entendo deste assunto? Qual a minha posição a respeito? • Releia suas contribuições e pergunte a si mesmo se o que está escrito consegue traduzir o que você queria dizer. • Escrever de forma a dizer exatamente o que pensamos nem sempre é tarefa fácil, mas continue exercitando. Você verá como pode se tornar cada vez mais claro. • Tente estabelecer um debate de ideias com os colegas. Pergunte, e provoque, no sentido dos membros da comunidade de aprendizagem poderem explorar suas ideias.
60%	Contribuição questionadora (propõe dilemas e pede posicionamentos , mas não avança nas	<ul style="list-style-type: none"> • O fórum não é uma guerra de opiniões em que há vencedores e vencidos. • Devemos ter sensibilidade não só para defender nosso ponto de vista, mas também para abrir mão da nossa posição para dar razão ao outro. • Continue investindo em expressar suas ideias e para apresentar boas razões para elas. Reforce seus argumentos.

	soluções; pouco diálogo com as ideias dos colegas).	<ul style="list-style-type: none"> • Localizar os pontos problemáticos das situações é um passo importante para encontrarmos soluções, mas não é o único passo. Desafie-se a ir além dos pontos problemáticos e negativos. • O fórum é uma conversa e, como tal, devemos procurar falar o que pensamos e refletir sobre o que os outros falam.
80%	Contribuição debatedora (comenta contribuições anteriores com propriedade, apresenta prós e contras, mas não define sua posição nem apresenta encaminhamentos).	<ul style="list-style-type: none"> • Conseguir enxergar pontos negativos e positivos demonstra uma importante capacidade de análise. Agora proponha-se a encontrar possíveis soluções. Posicione-se. • Uma das formas de articular nossas ideias é partilhar com outros. Explicar a nossa percepção das coisas torna nosso pensamento mais claro para nós mesmos. • O fórum é uma conversa e, como tal, devemos procurar falar o que pensamos e refletir sobre o que os outros falam, tentando encontrar diferentes formas de perceber os problemas.
100%	Contribuição sintetizadora (posiciona-se sobre o tema, dialoga com os colegas, coleta segmentos da discussão; ajusta, adapta e elabora seu parecer sobre o tema).	<ul style="list-style-type: none"> • Sua contribuição tem permitido o crescimento do grupo e o seu pessoalmente. • Queremos estimular você a continuar nesta postura de compreender melhor o que pensa, incorporar as ideias relevantes dos colegas e ampliar suas próprias concepções.

Para além da avaliação do processo de ensino aprendizagem a partir do conteúdo das disciplinas, cumpre ressaltar que o acompanhamento do dia a dia dos discentes e do cumprimento da proposta do projeto político pedagógico do curso será realizada com a participação da equipe de coordenação, tutores, Colegiado e Núcleo Docente Estruturante do curso.

Esta avaliação acontecerá periodicamente, de forma processual e articulada com as ações da Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFU). Essa Comissão, constituída pela Universidade Federal de Uberlândia para fornecer um instrumento de avaliação mais abrangente, visa a coleta de dados junto à comunidade para a produção de informações e reflexões sobre as condições do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, com o objetivo de conhecer, compreender e orientar as ações que fortaleçam as potencialidades e corrijam as fragilidades identificadas. Este processo conduzido pela CPA é realizado com vistas à melhoria da qualidade da instituição e dos cursos de graduação, é constituído como um processo de autoavaliação da instituição e está baseado nos princípios do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Os resultados do processo de autoavaliação são consolidados em relatórios e representam importante fonte de informação para o desenvolvimento de ações que promovam à melhoria da qualidade do curso de Administração Pública.

Outro ponto de destaque na avaliação de desempenho do curso é que são utilizados os índices acadêmicos disponibilizados pelos Sistemas de Gestão da Universidade (SG/UFU), para verificar os números de retenção nos diferentes componentes curriculares, taxas de evasão e trancamento, entre outros. A avaliação também contará com o envolvimento dos(as) discentes em relação ao

acompanhamento do trabalho docente e também dos(as) ex-discentes, a fim de identificar as necessidades do mercado de trabalho.

Por fim, o curso de Graduação em Administração Pública será avaliado no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) de acordo com o ciclo de renovação de reconhecimento conduzido pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) e pelo ciclo avaliativo realizado pelo Exame Nacional de Desempenho Estudantil (ENADE).

11.3 Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade)

O Enade é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo a participação do estudante condição indispensável para integralização curricular. Ele está fundamentado nas seguintes lei e portarias:

- Lei nº 10861, de 14 de abril de 2004: Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)
- Portaria nº 2051, de 9 de julho de 2004 (Regulamentação do Sinaes)
- Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004 (Regulamentação do Enade)

O objetivo do Enade é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas Diretrizes Curriculares, o desenvolvimento de competências e habilidades, bem como o nível de atualização dos estudantes em temas da realidade brasileira e mundial.

O Enade, integrante do Sinaes, é um instrumento que compõe os processos de avaliação externa, orientados pelo MEC e é utilizado no cálculo do Conceito Preliminar do Curso (CPC).

12. ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

O acompanhamento do desempenho profissional de ex-discentes possibilita a permanente avaliação do Projeto Pedagógico e proporciona oportunidades de aprimoramento curricular à melhoria da formação oferecida, proporcionando o estreitamento das relações da Universidade com as demandas do mercado do trabalho.

A Faculdade de Gestão e Negócios possui comunidades em redes sociais voltadas para a comunicação, divulgação e sociabilização entre os(as) docentes, discentes e egressos(as). A participação e a inscrição nessas comunidades são incentivadas pelos(as) docentes e discentes do curso que delas já participam. Quando um(a) discente se torna um(a) egresso(a) do curso, não é requisitado que ele(a) deixe de participar. O contato com o(a) egresso(a) é mantido enquanto for de seu interesse pessoal.

As comunidades atualmente pertencem às seguintes redes sociais:

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/school/ufu-faculdade-de-gestao-e-negocios>

Facebook: <https://www.facebook.com/ufufagen>

Instagram: <https://www.instagram.com/ufufagen?igsh=NnFpNHpmaDlyc2E5>

O LinkedIn é uma rede social orientada a profissionais e empresas e é um meio para acompanhar a situação e a colocação profissional atualizada dos(as) egressos(as). Já o Facebook e o Instagram institucional permite a divulgação de

eventos tais como palestras, congressos, workshops, cursos de MBA e extensão, dentre outros organizados pela faculdade, sendo este mais um canal para estreitar os laços com os(as) discentes e egressos(as) e uma base de informações para acompanhamento dos(as) mesmos(as).

Para além do acompanhamento pelas redes sociais, os egressos serão convidados a participar de rodas de conversa anuais, momentos em que serão debatidos temas contemporâneos relacionados a Gestão Pública e os desafios que os profissionais enfrentam na prática do dia a dia. Esses encontros devem, ao mesmo tempo, alimentar NDE e Colegiado com informações para aprofundamento do projeto político pedagógico do curso, atualizar informações sobre a atuação profissional dos egressos e produzir pontes para o aprofundamento do processo de construção e aplicação de conhecimentos, reinserindo-os na comunidade acadêmica.

Essas reuniões utilizarão a estrutura de EaD da universidade e serão gravadas e disponibilizadas no site da Fagen.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso de graduação em Administração Pública da FAGEN apresenta fortes vínculos com a com a pós-graduação, atendimento às demandas institucionais, regionais e nacionais, bem como outras questões pertinentes à vida acadêmica. Eventos, grupos de apoio, comissões e todas as atividades desenvolvidas representam a melhor combinação dos recursos e competências disponíveis para a formação gerencial de alto nível no Brasil.

O Projeto Pedagógico do Curso de Administração Pública resultou de um amadurecido processo de pesquisa e discussão no âmbito da CAPES por meio do PNAP, com ampla participação da FAGEN/UFU tanto na esfera nacional quanto local, o que conduziu à proposição de uma estrutura curricular moderna e otimizada, e a um perfil de formação do(a) egresso(a) adaptado às necessidades atuais do Brasil no tocante à administração pública contemporânea e seus respectivos modelos e métodos.

Foi particularmente valorizado o desenvolvimento de um(a) egresso(a) crítico(a), qualificado(a) e apto(a) aos desafios das organizações públicas brasileiras e internacionais, além da participação ativa em redes e organizações não governamentais que contribuem para o desenvolvimento sustentável. O sucesso da implantação do novo curso está relacionado à atuação efetiva do Colegiado de Curso, NDE e docentes da FAGEN e à participação ativa dos discentes, dado que o curso suscita amplas possibilidades de engajamento em diversas áreas do ensino, pesquisa e extensão.

Não obstante, há consciência de que o Projeto Pedagógico do Curso é uma referência temporal que está constantemente sujeito a ajustes e melhorias contínuas para acompanhamento dos interesses de todos os stakeholders da FAGEN, bem como as nuances de mudanças no contexto macro organizacional.

O trabalho desenvolvido pela FAGEN baseia-se em esforços coletivos para a melhor formação integral possível de gestores públicos competentes, qualificados e conscientes da sua responsabilidade em relação ao bem estar social.

14. REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. *Educação e Poder*. Trad. de Maria Cristina Monteiro. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

_____. *Repensando Ideologia e Currículo*. In: SILVA, Tomaz Tadeu e MOREIRA, Antonio Flávio (org.). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.

BRASIL. Ministério da Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União, ed. 243, Brasília, DF, 2018. Seção 1, p. 49. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. Campinas, São Paulo: Editora Autores Associados, 1999.

BRZEZINSKI, Iria. *Notas sobre o currículo na formação de professores: teoria e prática*. In SERBINO, Raquel Volpato et al. *Formação de Professores*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

CALIXTO, Aldeci Cacique. *Nem tudo que cai na rede é peixe: saberes docentes e possibilidades educativas na e da internet*, 2003. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.

CANDAU, Vera Maria et alii. *Multiculturalismo e Educação*. In CANDAU, Vera Maria et alii (org). *Sociedade, Educação e Cultura (s): questões e propostas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARMO, C.R.F.; CARMO, F.O.; LÚCIO, J.B.; PEREIRA, P.M.M.; TONELLI, R.; ESCALANTE, R.D. *Indicador de Desenvolvimento Econômico: uma proposta de avaliação empírica sob a perspectiva do volume de negócios (IDEVN)*, em 64 municípios do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. *Cadernos da FUCAMP*, v.10, n.13, p.128-167/2011

COSTA, Marisa Vorraber. *Discutindo a Escola Básica em Tempos de Neoliberalismo: Uma conversa introdutória*. In COSTA, Marise Vorraber. (org.) *Escola Básica na Virada do Século: Cultura, Política e Currículo*. São Paulo: Cortez, 1996. CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 1994.

DOLL, Jr. Willian E. *Currículo: uma perspectiva pós-moderna*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

FORQUIN, Jean-Claude. *Escola e Cultura: as bases epistemológicas do conhecimento escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FREIRE, Paulo. *Política e Educação*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GAMBOA, Sílvio Sanches. *A Globalização e os desafios da Educação no Limiar de um Novo Século: um olhar desde a América Latina*. In LOMBARDI, José

Claudinei (org). *Globalização, Pós-Modernidade e Educação*. Campinas: Ed. Autores Associados, 2001.

GIROUX, Henry A. *Teoria Crítica e Resistência em Educação*. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.

_____. *O Pós-Modernismo e o Discurso da Crítica Educacional*. In SILVA, Tomaz Tadeu. *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós - Modernos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GIROUX, Henry e McLAREN, Peter. *A Formação do Professor como Esfera Contra-Pública: a pedagogia radical como uma forma de política cultural*. In MOREIRA, Antonio Flávio e SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 1995.

KENSKI, Vani Moreira. *Tecnologias e ensino presencial e a distância*. Campinas: Papirus, 2003.

LIMA, Maria do Socorro Lucena Lima e GOMES, Marineide de Oliveira. *Redimensionando o Papel dos Profissionais da Educação: algumas considerações*. IN PIMENTA, Selma Garrido e GHEDIN, Evandro (org). *Professor Reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito*. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Maria Cândida. *O Paradigma Educacional Emergente*. Campinas: Papirus, 1997.

MELLO, Guiomar Namó. *Políticas Públicas de Educação. Estudos Avançados*. Coleção Documentos, Série Educação para a Cidadania. São Paulo: USP, Instituto de Estudos Avançados, dez, 1991.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da Percepção*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1971.

MORAN, José Manuel; MASSETO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. *Novas Tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000. Coleção Papirus Educação.

MORIN, Edgar. *O Problema Epistemológico da Complexidade*. Portugal: publicação Europa-América, edição nº 60388/6481, 1996.

_____. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*. São Paulo: Cortez; Brasília, 2000.

_____. *A Cabeça Bem Feita*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.

NEDER, Maria Lucia Cavalli. *A Educação a Distância e a possibilidade de ressignificação de paradigmas educacionais*. Cuiabá: UFMT, 2001 (mimeo).

_____. *Avaliação na Educação à Distância: significações para definição de percursos*. In PRETI, Oreste (org.) *Educação à Distância: Início e indícios de um percurso*. Cuiabá: NEaD/UFMT, 1996.

PACHECO, Samuel Bueno. *Uma proposta de modelo da interação comunicativa orientada para a aprendizagem colaborativa nas redes digitais*. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, v.2, nº 3, p. 67-92, jan/jun 2005.

PASSOS, Luis Augusto. *Aguaçu na Dança do(s) Tempo(s) e a Educação da Escola: o tempora, o mores*, 1993, Tese de Doutorado - Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. *Professor como pesquisador: o enfoque da Pesquisa-Ação na Prática Docente*. IN In GERALDI, Corinta Maria et al. (org) Cartografias do Trabalho Docente. Campinas: Mercado das Letras, 1998.

PEREIRA, Júlio Emílio D. "A formação de professores nas licenciaturas: velhos problemas, novas questões. In: "IX Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino", Anais, Conferências, Águas de Lindóia, 1998.

PERRENOUD, Philippe e THURLER, Monica Gather. *As Competências para ensinar no século XXI*. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

PRETI, Oreste. *Educação à Distância: uma prática educativa mediadora e mediatizada*. In PRETI, Oreste (org.) Educação à Distância: inícios e indícios de um percurso. NEAD/IE/UFMT. Cuiabá : UFMT, 1996.

RUZ, Juan Ruz. *Formação de professores diante de uma nova atitude formadora e de eixos articuladores do currículo*. In SERBINO, Raquel Volpato et al. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

SÁ DE SOUZA, Eliane M. et al. *Projeto Pedagógico do Curso Bacharelado em Administração Pública - Modalidade a Distância*. Ministério da Educação. Brasília, 2008.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo - Razão e Emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *A Pesquisa em Educação: a abordagem crítico-dialética e suas implicações na formação do professor*. Contrapontos: Rev. de Educação da Univali, ano 1, nº 1- Itajaí, jan/jul 2001.

SOARES, Magda. *As Pesquisas nas Áreas Específicas influenciando o curso de Formação de Professores*. In ANDRÉ, Marli (org). O Papel da Pesquisa na Formação e na Prática de Professores, Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, Tomas Tadeu. *Identidades Terminais: as Transformações na Política da Pedagogia e na Pedagogia da Política*. Rio de Janeiro: Petrópolis, Vozes, 1996a.

_____. *Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados*. In SILVA, Tomaz Tadeu (org). Alienígenas em Sala de Aula: Uma introdução aos estudos culturais da educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. *Descolonizar o Currículo: estratégias para uma pedagogia crítica. Dois ou três comentários sobre o texto de Michael Apple*. In COSTA, Marise Vorraber (org). Escola Básica na Virada do Século: Cultura, Política e Currículo. São Paulo: Cortez, 1996b.

_____. *Sociologia da Educação e Pedagogia Crítica em Tempos Pós-Modernos*. In SILVA, Tomaz Tadeu (org). Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós-Modernos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. *Formação de Professores e os Programas Especiais de Complementação Pedagógica*. In VEIGA, Ilma P.A e CUNHA, Maria

Izabel da. Desmistificando a Profissionalização do Magistério. Campinas: Papyrus, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. Resolução Nº 13/2019, de 18 de outubro de 2019 do Conselho de Graduação – CONGRAD. Regulamenta a inserção das atividades de extensão nos Currículos dos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Uberlândia e altera as Resoluções nº 15/2011 e nº 15/2016, do Conselho de Graduação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. Resolução Nº 49/2022, de 31 de março de 2022 do Conselho de Graduação – CONGRAD. Altera o art. 8º da Resolução nº 13/2019, do Conselho de Graduação, que regulamenta a inserção das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Uberlândia.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA – UFU. Resolução Nº 46/2022, de 28 de março de 2022 do Conselho de Graduação – CONGRAD. Aprova as Normas Gerais da Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, e dá outras providências.